

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2019-20



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

2019-2020



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2021 • www.bportugal.pt

Índice

I A Sustentabilidade no Banco de Portugal | 5

Mensagem inicial | 7

2019 e 2020 em números | 9

1 Sobre este Relatório | 11

1.1 Âmbito, período e estrutura de reporte | 11

1.2 Global Reporting Initiative (GRI) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) | 11

1.3 Verificação externa | 11

1.4 Contacto | 11

2 O Banco de Portugal | 12

2.1 Visão geral do Banco | 12

2.2 Estrutura de Governo | 13

2.3 Estratégia | 14

2.4 Objetivos de desenvolvimento sustentável | 14

2.5 Análise de materialidade | 15

3 Responsabilidade institucional | 17

3.1 Ética, integridade e independência | 17

3.2 Gestão de Risco | 19

3.3 Privacidade e segurança da informação | 20

3.4 Transparência e responsabilidade | 21

3.5 Comunicação e colaboração com *stakeholders* | 22

3.6 Inovação e transformação digital | 23

4 Empregador responsável | 25

4.1 Gestão, desenvolvimento e formação | 25

4.2 Saúde, segurança e bem-estar | 28

5 Responsabilidade social | 31

5.1 Literacia financeira e económica | 31

Caixa 1 • Voluntariado e envolvimento com a comunidade | 36

6 Desempenho ambiental | 39

6.1 Gestão dos recursos | 39

6.2 Redução da pegada de carbono | 40

II Anexos | 43

Tabela GRI | 45

Notas metodológicas | 61



I A Sustentabilidade no Banco de Portugal

- 1 Sobre este Relatório
- 2 O Banco de Portugal
- 3 Responsabilidade institucional
- 4 Empregador responsável
- 5 Responsabilidade social
- 6 Desempenho ambiental

Mensagem inicial

É com enorme satisfação que o Banco de Portugal divulga o seu primeiro *Relatório de Sustentabilidade*.

O Banco de Portugal é uma instituição de serviço público. Desenvolve funções e atividades que contribuem para o bem-estar da sociedade no presente e no futuro. Temos por isso o dever de adotar práticas de trabalho sustentáveis e socialmente responsáveis. Este relatório presta informação sobre a forma como o Banco de Portugal aplica os princípios de sustentabilidade na sua atividade enquanto empresa, nas vertentes ambiental, social e de governação.

Para além dos aspetos relativos à vertente corporativa, tratados no presente Relatório, o Banco tem vindo a incorporar preocupações de sustentabilidade também nas suas áreas de missão, em especial no que diz respeito ao financiamento sustentável e ao impacto das alterações climáticas. A abordagem à sustentabilidade em ambas as vertentes, de missão e corporativa, refletiu-se na publicação, em 2020, do Compromisso do Banco de Portugal com a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável, cuja execução está em curso.

Em 2020 fomos colocados à prova, a nível profissional e pessoal, de modo inesperado e sem paralelo no nosso tempo histórico. Neste ambiente, o Banco de Portugal manteve a sua cultura de responsabilidade social e o seu compromisso com a sustentabilidade.

Assegurámos a proteção e a segurança dos nossos trabalhadores e dos que nos prestam serviços, sem pôr em causa a continuidade da execução da nossa missão e atividades. Isto foi possível graças aos investimentos realizados nos últimos anos na melhoria dos sistemas de tecnologias do Banco e das condições de mobilidade tecnológica dos trabalhadores e à capacidade de planeamento e de adaptação das equipas.

Reforçámos o apoio às comunidades com as quais estamos envolvidos para responder às novas necessidades educativas e de emergência alimentar decorrentes da crise pandémica e do confinamento.

Prosseguimos também a adoção de medidas para reduzir a nossa pegada de carbono. Aderimos ao Compromisso Lisboa Capital Verde 2020 com medidas que visam poupar energia, água e reutilizar recursos; e celebrámos um novo contrato de fornecimento de energia elétrica integralmente proveniente de fontes renováveis.

O Banco de Portugal foi também um dos pioneiros na subscrição dos dois fundos “verdes” criados pelo Banco de Pagamentos Internacionais concretizando a aposta em práticas de investimento ambientalmente responsáveis.

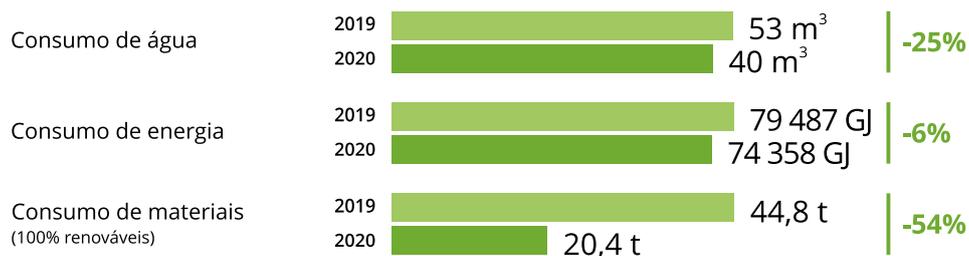
Os próximos anos continuarão a ser desafiantes, sobretudo nos pilares social e ambiental. Os bancos centrais têm um papel central a desempenhar na promoção de uma recuperação económica sustentável e inclusiva, por inerência da sua missão, mas também por via da liderança pelo exemplo, implementando práticas internas sustentáveis, em linha com os objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030 da ONU.

O Conselho de Administração

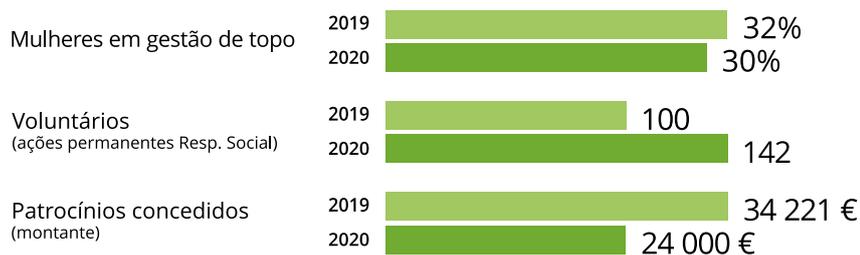
2019 e 2020 em números



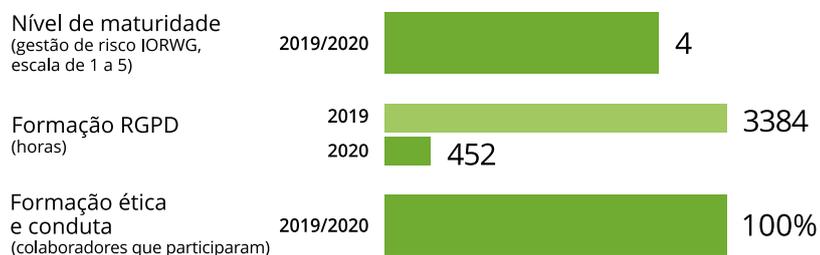
Ambiente



Social



Governo



1 Sobre este Relatório

O Banco de Portugal apresenta o seu primeiro *Relatório de Sustentabilidade*. O relatório descreve as atividades desenvolvidas pelo Banco durante os anos de 2019 e 2020, com foco nos temas de sustentabilidade e na forma como a instituição contribui para a criação de valor ambiental, social e económico para os seus *stakeholders*.

1.1 Âmbito, período e estrutura de reporte

A informação reportada nesta edição do relatório refere-se ao período entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. Sempre que disponível e relevante, é incluída informação relativa aos anos anteriores, de modo a oferecer uma perspetiva da evolução do desempenho do Banco.

Em 2020, o Banco de Portugal identificou os seus tópicos materiais, auscultando os seus *stakeholders*, e construiu uma matriz de materialidade que está na base da estrutura e dos conteúdos abordados neste relatório.

1.2 Global Reporting Initiative (GRI) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O documento foi preparado de acordo com as Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI *Standards*) para o nível “De acordo – Essencial” (Anexos – Tabela GRI com as respetivas respostas aos indicadores GRI *Standards*).

Tendo em conta a Agenda Internacional 2030 das Nações Unidas e em alinhamento com o *Compromisso do Banco de Portugal para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável* e com os tópicos materiais, foram identificados os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) mais relevantes para o Banco de Portugal. Os ODS para os quais o Banco contribui estão identificados no Capítulo 2 e ao longo do relatório.



1.3 Verificação externa

Os dados apresentados não foram sujeitos a verificação externa independente.

1.4 Contacto

Para qualquer esclarecimento, contacte:

Banco de Portugal

R. do Comércio, 148, 1100-150 Lisboa

info@bportugal.pt

2 O Banco de Portugal

2.1 Visão geral do Banco

O Banco de Portugal é o banco central da República Portuguesa. É uma pessoa coletiva de direito público e dispõe de autonomia administrativa e financeira e património próprio. A natureza e as atribuições do Banco de Portugal estão definidas na sua *Lei Orgânica*. Os órgãos do Banco são o Governador, o Conselho de Administração, o Conselho de Auditoria e o Conselho Consultivo.

O Banco de Portugal faz parte do Eurosistema e do Sistema Europeu de Bancos Centrais, do Mecanismo Único de Supervisão e do Mecanismo Único de Resolução.

A missão, a visão e os valores do Banco de Portugal são os seguintes:

- Missão:
 - Manutenção da **estabilidade dos preços** e promoção da **estabilidade do sistema financeiro**.
- Valores:
 - **Integridade:** Os colaboradores do Banco colocam a sociedade e o interesse público no centro da sua atuação e regem-se por elevados padrões éticos;
 - **Competência, eficácia e eficiência:** O Banco tem colaboradores altamente qualificados nas suas áreas de negócio. O seu modelo de governo, organização interna e processos estão alinhados com as melhores práticas;
 - **Transparência e responsabilidade:** O Banco, no respeito das suas obrigações no quadro do Eurosistema, presta contas à Assembleia da República, ao Governo e à sociedade portuguesa sobre o que faz, porque faz e como faz;
 - **Independência:** O Banco possui independência funcional, institucional, pessoal e financeira, condição fundamental para que possa cumprir a sua missão. A independência pressupõe um mandato claro, a impossibilidade de solicitar ou receber instruções de entidades terceiras, a proteção do estatuto dos membros dos órgãos de decisão e a independência financeira;
 - **Espírito de equipa:** Os colaboradores do Banco atuam num espírito de entreatajuda e de partilha do conhecimento, com lealdade e transparência;
 - **Responsabilidade social e ambiental:** O Banco atua com sentido de responsabilidade social e ambiental, assumindo-se como ator social e promotor da ética empresarial.
- Visão para 2020:
 - Ser uma instituição de referência na preservação da estabilidade financeira, eficaz e tecnicamente respeitada em Portugal e na Europa;
 - Ser um banco central pró-ativo e influente na condução da política monetária e nas demais funções do Eurosistema, bem como nos outros fóruns onde intervém;
 - Ser uma instituição independente e influente no debate económico português;
 - Ser um banco central eficiente na utilização dos recursos e com uma política de gestão de risco alinhada pelas melhores práticas.

Localização:

- O Banco de Portugal presta um conjunto de serviços, aos cidadãos e às empresas, relacionados com as suas responsabilidades. Esses serviços são prestados *online* (através do *site* institucional e do Portal do Cliente Bancário), por telefone e presencialmente, nos postos de atendimento existentes nas várias regiões do País.

Serviços prestados ao público:

- Análise de reclamações dos clientes bancários;
- Consulta ao mapa de contas;
- Consulta ao mapa de responsabilidades de crédito;
- Consulta de informação sobre restrição ao uso de cheque;
- Difusão de informação sobre documentos extraviados;
- Tesouraria;
- Arquivo Histórico e Biblioteca;
- Museu do Dinheiro.

Figura I.2.1 • Localização dos postos de atendimento

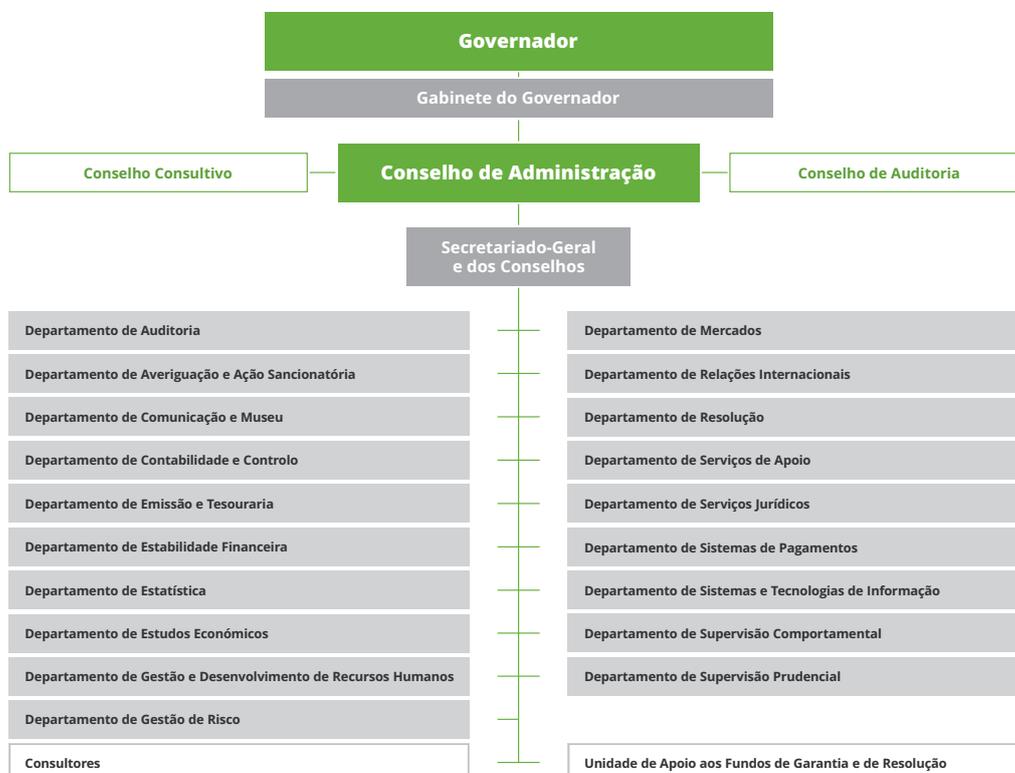


2.2 Estrutura de Governo

Os órgãos do Banco de Portugal e as respetivas competências estão definidos na Lei Orgânica.

O modelo de governo da instituição baseia-se numa estrutura funcional, assente em departamentos. As responsabilidades dos departamentos estão detalhadas no [site do Banco](#).

Figura I.2.2 • Organograma do Banco de Portugal



2.3 Estratégia

O Banco de Portugal publicou em 2017 um [Plano Estratégico para o quadriénio 2017-2020](#), organizado em quatro linhas gerais de orientação estratégica:

- Afirmar interna e externamente as capacidades do Banco enquanto autoridade monetária;
- Participar na definição dos enquadramentos regulatórios e na aplicação das práticas de supervisão de forma a garantir a robustez e a estabilidade do sistema financeiro nacional e a confiança dos agentes económicos;
- Promover o conhecimento sobre a economia portuguesa e a integração europeia, contribuindo para uma sociedade esclarecida e bem informada;
- Ser um dos bancos centrais mais eficientes do Eurosistema.

Os resultados da execução do Plano Estratégico têm sido comunicados, anualmente, no *Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas*.

Complementarmente, o Banco tem vindo a incorporar nas suas políticas e atuação preocupações de sustentabilidade, em particular relacionadas com o financiamento sustentável e as alterações climáticas. Esse exercício resultou na publicação, em 2020, do *Compromisso do Banco de Portugal para a Sustentabilidade e o Financiamento Sustentável*.

2.4 Objetivos de desenvolvimento sustentável

A Organização das Nações Unidas definiu, na Agenda 2030, um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de metas para orientar a atividade das organizações e dos Estados nesse domínio.

O Banco de Portugal tem responsabilidades no desenvolvimento sustentável, contribuindo diretamente para os seguintes ODS, identificados com base na análise de materialidade:

- ODS 4 | Educação de qualidade;
- ODS 8 | Trabalho digno e crescimento económico;
- ODS 12 | Produção e consumo sustentáveis;
- ODS 16 | Paz, justiça e instituições eficazes.

Além dos ODS referidos, o Banco contribui para outros objetivos, como é referido ao longo deste Relatório.

Quadro I.2.1 • Contributo do Banco de Portugal para os ODS

ODS	Meta	Contributo do Banco
	2.1 – Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano.	Projetos “Zero Desperdício” e doação de refeições diárias à ReFood.
	4.1 – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. 4.3 – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade.	Programas de apoio à educação no âmbito das iniciativas de responsabilidade social e de voluntariado; Projetos de literacia financeira e económica dos cidadãos; Investimento na formação dos colaboradores, de que é exemplo a Academia do Banco de Portugal.
	5.5 – Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.	Participação em fóruns e grupos de trabalhos no âmbito da promoção da diversidade e igualdade. Política de contratação por concurso (externo ou interno) para cargos de gestão.
	7.2 – Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.	Contratação de energia proveniente a 100% de energias renováveis e instalação de lâmpadas LED nos edifícios do Banco.
	8.5 – Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.	Parcerias para a inclusão de pessoas com deficiência; Programa anual de estágios profissionais remunerados; Bom equilíbrio global de género.
	10.2 – Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, religião, condição económica ou outra.	Iniciativas de promoção da literacia económica e financeira dos cidadãos; Programas de apoio a reformados da instituição, através do Fundo Social dos Empregados do Banco de Portugal.
	12.2 – Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.	Instalação de perlatores nas torneiras das casas de banho e implementação de medidas de eliminação dos plásticos de uso único.
	16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	Iniciativas de promoção da literacia económica e financeira dos cidadãos; Disponibilização, presencial e <i>online</i> , de serviços ao público para consulta a bases de dados (sobre contas, responsabilidades de crédito e restrição ao uso de cheque).

2.5 Análise de materialidade

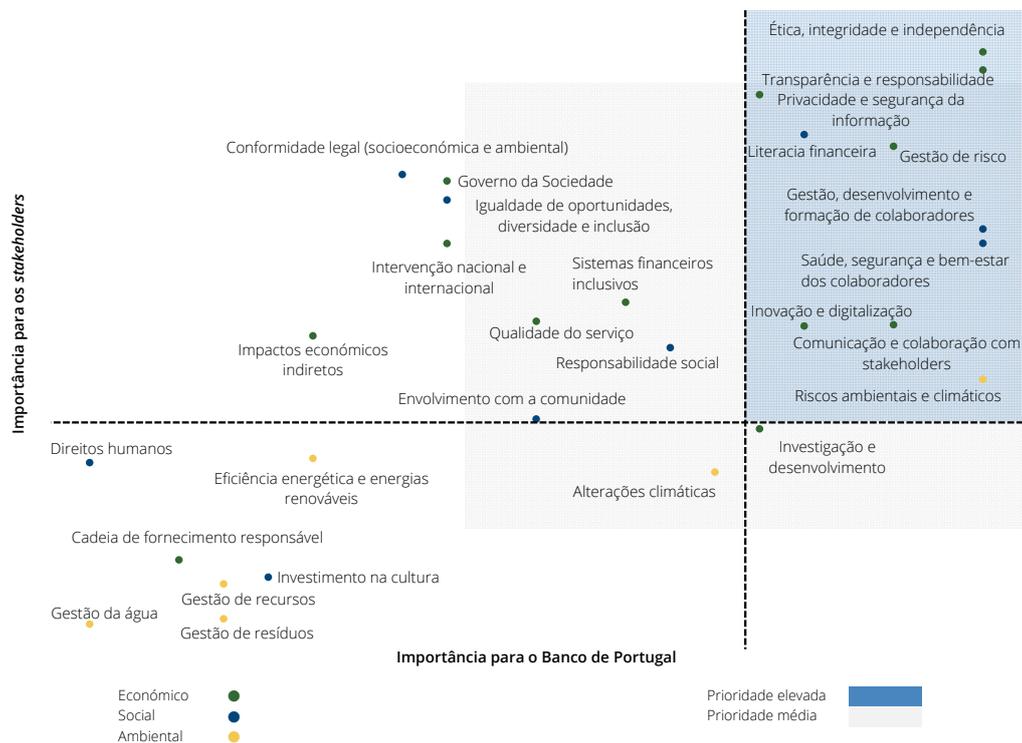
O Banco de Portugal definiu os tópicos mais relevantes em matéria de sustentabilidade com base numa análise de materialidade que envolveu a auscultação dos seus principais *stakeholders*.

O Banco de Portugal realizou, em 2020, uma auscultação aos seus principais *stakeholders*¹ e cruzou os resultados com a relevância dos temas para o desenvolvimento da sua atividade. Os tópicos materiais que resultam deste processo são os abordados neste relatório.

Do cruzamento dos temas mais relevantes para os *stakeholders* e para o Banco de Portugal resultou a matriz de materialidade apresentada na Figura I.2.3.

1. Grupos de *stakeholders* auscultados: Academia; Cliente Bancário; Fornecedores/Prestador de Serviços; *Media*; e Entidade Financeira Supervisionada.

Figura I.2.3 • Matriz de materialidade



A área da matriz sombreada a azul identifica os temas materiais, sinalizados por dimensão ESG: ambiental, social e *governance*.

Os próximos capítulos do relatório estão organizados de acordo com as dimensões ESG e incidem sobretudo nos temas materiais identificados.

Quadro I.2.2 • Temas materiais por dimensão ESG

Governance	<ul style="list-style-type: none"> – Ética, integridade e independência – Gestão de risco – Privacidade e segurança da informação – Transparência e responsabilidade – Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i> – Inovação e digitalização 	Capítulo 3 – Responsabilidade institucional
Social	<ul style="list-style-type: none"> – Gestão, desenvolvimento e formação de colaboradores – Saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores – Literacia financeira 	Capítulo 4 – Empregador responsável Capítulo 5 – Responsabilidade social
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Riscos ambientais e climáticos 	Capítulo 6 – Desempenho ambiental

3 Responsabilidade institucional

O modelo de governo interno é determinante para assegurar a independência e a transparência dos bancos centrais e, em última instância, a sua sustentabilidade no longo prazo.

O estatuto de independência dos bancos centrais pressupõe desde logo transparência no processo de decisão e prestação de contas à sociedade. Para além disso, como instituição de serviço público, o banco central deve “liderar pelo exemplo” seguindo as melhores práticas de governação interna, de gestão do risco e de regras de ética, conduta e privacidade da informação.

À semelhança dos outros bancos centrais, a reputação do Banco de Portugal está muito dependente da capacidade para assegurar relações de valor com os seus *stakeholders*.

3.1 Ética, integridade e independência

O Banco de Portugal rege-se por elevados padrões de ética profissional, integridade e independência.

O *Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal* e os *Códigos de Conduta do Banco de Portugal* estabelecem as regras e orientações em matéria de ética profissional para todos os trabalhadores ao serviço do Banco e para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Auditoria.

A implementação destes instrumentos é assegurada por duas estruturas internas: a Comissão de Ética e o Gabinete de Conformidade.

Comissão de Ética

Garante o cumprimento do código de conduta do Banco de Portugal aplicável aos trabalhadores e membros do Conselho de Administração.

Emite pareceres, por sua iniciativa e após audição dos visados, sobre a conformidade da conduta dos membros do Conselho de Administração relativamente ao código de conduta aplicável.

Gabinete de Conformidade

Garante a coordenação, identificação, gestão, monitorização, controlo, correção e mitigação dos riscos de conformidade no Banco.

Em 2019 e em 2020, o Banco concluiu várias iniciativas-chave em matéria de ética, integridade e independência:

- Concluiu o plano de implementação do **pacto de não concorrência** que prevê que os trabalhadores com cargos de gestão ou em determinadas áreas de negócio observem um período de nojo (*cooling-off*) entre o fim da atividade ao serviço do Banco e o início de funções em entidades supervisionadas.
- Concluiu a fiscalização do cumprimento das regras que impõem limitações específicas às transações financeiras privadas.
- Operacionalizou as regras e os procedimentos de controlo previstos no Código de Conduta dos Altos Responsáveis do BCE, com a publicação periódica das agendas de todos os membros do Conselho de Administração e o cumprimento dos deveres declarativos.
- Desenvolveu também políticas sobre ofertas, um Quadro Geral de Princípios dos Adjudicatários e um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A *política sobre ofertas* estabelece que os trabalhadores e os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal estão proibidos de aceitar, em benefício próprio ou de terceiros, ofertas, prémios e outros benefícios ou recompensas que de algum modo estejam relacionadas com as funções exercidas, salvo em situações excecionais devidamente identificadas. Sempre que não se enquadrem nas exceções, as ofertas devem ser recusadas e devolvidas à entidade ofertante.

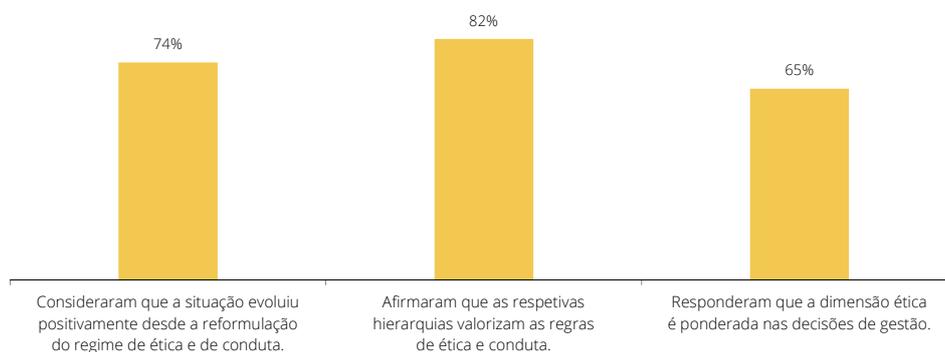
O *Quadro Geral de Princípios dos Adjudicatários* estabelece princípios de conformidade e de ética e conduta para todas as entidades que celebram contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços com o Banco de Portugal. Cobre questões de utilização de informação privilegiada, prevenção de conflitos de interesses, laborais, sustentabilidade ambiental e compromissos de gestão. A aceitação e o cumprimento deste Quadro constituem uma obrigação contratual.

O *Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas* identifica, relativamente a cada área ou departamento, o tipo de risco inerente à atividade, indica as medidas para prevenir a materialização dos riscos e identifica os responsáveis pela gestão do plano traçado.

Em matéria de formação e comunicação sobre ética e conduta foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- Ações regulares destinadas sobretudo a novos trabalhadores;
- Ações específicas sobre salvaguarda da confidencialidade da informação, gestão e prevenção de conflitos de interesses, prevenção de utilização de informação privilegiada e recusa e devolução de ofertas;
- Divulgação do *Guia Rápido de Ética e Conduta* que dá a conhecer as principais regras e orientações e os respetivos procedimentos de controlo;
- Ativação do **envio de e-mail automático** a todos os novos trabalhadores sobre as regras de conduta do Banco e a importância da responsabilização individual de cada um na identificação e reporte de situações não conformes;
- Lançamento de um questionário interno de avaliação do conhecimento e da adesão ao regime de ética e de conduta.

Gráfico I.3.1 • Perceção dos trabalhadores de como são tratadas as questões de ética e conduta no Banco de Portugal



Todas as admissões no Banco de Portugal implicam a assinatura de uma declaração de tomada de conhecimento e de adesão ao *Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal* e ao *Regulamento da Comissão de Ética e dos Deveres Gerais de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal*.

3.2 Gestão de Risco

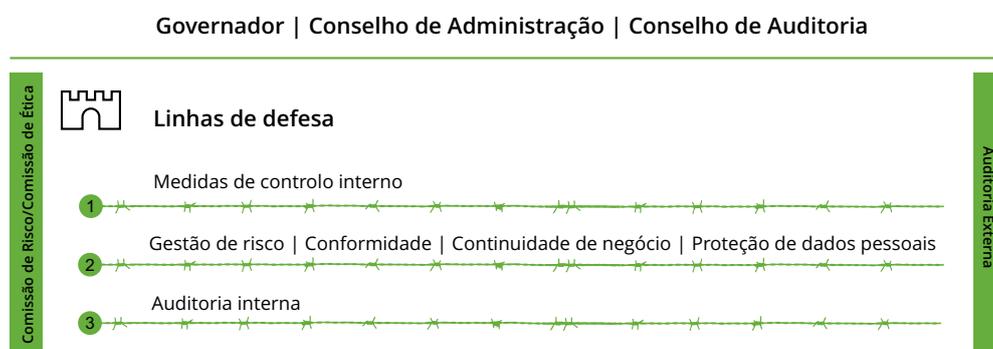
O Banco de Portugal está exposto a riscos, de natureza interna e externa, que decorrem do exercício das suas funções. A gestão eficaz e eficiente destes riscos é uma das responsabilidades estatutárias do Banco.

Modelo de gestão de riscos

A gestão de riscos no Banco de Portugal assenta na declaração de Princípios de Aceitação de Risco, que explicita os níveis de exposição aos riscos estratégicos, financeiros e não financeiros que o Banco está disposto a aceitar no cumprimento do seu mandato. Esta abordagem visa assegurar que os riscos suportados se mantêm em níveis consistentes com o perfil e grau de tolerância ao risco definido pelo Conselho de Administração.

O modelo de gestão de risco adotado pelo Banco de Portugal assenta em três “linhas de defesa” (Figura I.3.1).

Figura I.3.1 • Linhas de defesa na gestão do risco



Este modelo visa:

- Assegurar uma adequada segregação de funções;
- Permitir a articulação clara e integrada das ações dos vários intervenientes na gestão de risco;
- Promover a complementaridade das ações de gestão de risco.

Em 2019 e 2020, prosseguiram os trabalhos de mapeamento detalhado dos riscos operacionais e foi atualizado o perfil de risco operacional em face do impacto da pandemia de COVID-19 na atividade do Banco.

Deste trabalho, resultaram 225 medidas de mitigação, abrangendo protocolos de troca de informação entre departamentos, maior eficiência na gestão de recursos humanos, desenvolvimento de bases de dados específicas, atualização e melhoria de recursos físicos e tecnológicos, eliminação de duplicações e desburocratização de processos. Estes exercícios contribuem para a melhoria dos processos do negócio, para a promoção da cultura de risco e para uma gestão mais informada.

Em 2019 e em 2020, o Banco de Portugal foi distinguido com o nível 4 (numa escala de 1 a 5) de maturidade na gestão do risco pelo International Operational Risk Working Group (IORWG). Este grupo internacional dedica-se à produção de conhecimento e partilha de experiências na gestão do risco operacional em bancos centrais.

Figura I.3.2 • Maturidade na gestão do risco operacional



Gestão de risco em contexto de pandemia

O ano de 2020 foi um ano marcante para a gestão de risco no Banco. Para fazer face ao impacto da pandemia de COVID-19, o Banco ativou o seu plano de continuidade de negócio e adotou medidas de contingência em todas as vertentes críticas para a sua atividade.

O exercício de identificação e classificação dos principais riscos potenciais associados à atividade desenvolvida centrou-se no impacto da pandemia de COVID-19 na missão do Banco.

O Banco de Portugal também avaliou o impacto da transição acelerada para o regime de teletrabalho no risco operacional e adotou ações mitigadoras, nomeadamente:

- A aceleração do programa Banco Digital 2020 através da antecipação da disponibilização de novas ferramentas para partilha de informação e trabalho em equipa;
- Medidas de sensibilização dos colaboradores para os riscos do exercício das atividades em contexto de teletrabalho.

3.3 Privacidade e segurança da informação

O Banco de Portugal assegura o cumprimento das normas em matéria de proteção de dados pessoais e mantém uma política de segurança da informação alinhada pelas melhores práticas internacionais.

A segurança da informação, a cibersegurança, segurança dos sistemas de informação e a segurança física são geridas por um Gabinete Permanente de Segurança. O Banco tem um centro de cibersegurança responsável pela prevenção, deteção, mitigação, resolução e análise de ciber-incidentes para o setor financeiro nacional.

O Gabinete de Proteção de Dados do Banco garante:

- A conformidade do tratamento de dados pessoais com o Regulamento Geral da Proteção de Dados e outros regulamentos;
- A comunicação com os titulares dos dados pessoais;
- A cooperação com a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Em 2019, o Banco de Portugal publicou no site institucional a sua [Política de Proteção de Dados Pessoais](#). Esta Política define os processos de tratamento, de partilha e de transferência de dados pessoais, assim como os direitos dos titulares de dados pessoais, garantindo uma maior transparência pública para este tema.

Foi desenvolvido e implementado um Plano de Ação de Proteção de Dados, no âmbito do qual foram elaborados procedimentos, preparado um guia de proteção de dados, adaptados os sistemas tecnológicos e de informação e realizadas ações de informação e formação para os colaboradores e entidades externas.

Gráfico I.3.2 • Resposta a pedidos por parte de titulares de dados

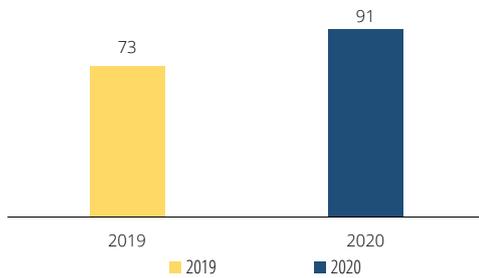
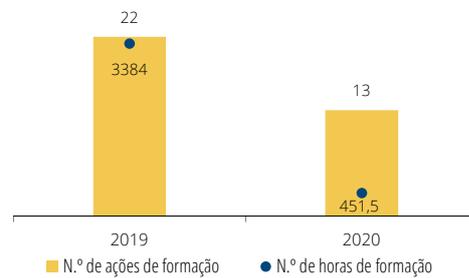


Gráfico I.3.3 • Ações de formação interna e externa sobre o RGPD



3.4 Transparência e responsabilidade

O Banco de Portugal divulga publicamente e de forma transparente informação relevante sobre a atividade que desenvolve e sobre os resultados alcançados. O Banco considera que a transparência e a prestação pública de contas são contrapartidas naturais do seu estatuto de independência e pilares essenciais da confiança pública no seu trabalho.

No quadro seguinte apresentam-se os principais instrumentos de prestação pública de contas do Banco de Portugal.

Quadro I.3.1 • Transparência e prestação de contas

<i>Relatório do Conselho de Administração</i>	Descreve a atividade e apresenta o balanço e contas do Banco de Portugal. É publicado anualmente e apresentado pelo Governador em audição na comissão competente da Assembleia da República.
Audições e consultas na Assembleia da República	O Governador e restantes membros do Conselho de Administração participam em audições regulares e <i>ad-hoc</i> sobre temas específicos em comissões da Assembleia da República. Para além disso, o Banco responde a diversas consultas e pedidos de informação que lhe são remetidos por escrito pelos deputados.
Respostas a pedidos escritos <i>Boletim Económico</i>	Resposta a pedidos escritos dos cidadãos e dos <i>Media</i> . Divulga análises e projeções para a economia portuguesa e reflexões sobre outras questões relevantes de política económica.
<i>Relatório de Estabilidade Financeira</i>	Apresenta a avaliação dos riscos nos mercados e sistema financeiro portugueses e as medidas tomadas para lhes fazer face enquanto autoridade macroprudencial nacional.
<i>Relatório de Supervisão Comportamental</i>	Descreve as atividades de regulação e de supervisão dos mercados bancários de retalho desenvolvidas pelo Banco de Portugal e apresenta os indicadores mais relevantes neste domínio.
<i>Relatório dos Sistemas de Pagamentos</i>	Descreve a atividade do Banco de Portugal na superintendência dos sistemas de pagamentos e apresenta os indicadores mais relevantes sobre o funcionamento desses sistemas.
<i>Relatório da Atividade Estatística</i>	Apresenta a atividade desenvolvida pelo Banco de Portugal enquanto autoridade estatística nacional.
<i>Relatório de Implementação da Política Monetária</i>	Sistematiza as principais decisões e implementação da política monetária do Eurosistema, destacando a atividade desenvolvida pelo Banco de Portugal.
<i>Relatório da Emissão Monetária</i>	Descreve as atividades do Banco relacionadas com a emissão de notas e moedas e apresenta os indicadores mais relevantes neste domínio.
<i>Relatório Anual da Atividade de Cooperação</i>	Dá a conhecer o trabalho de cooperação desenvolvido em parceria com instituições congéneres de países emergentes e em desenvolvimento, com destaque para os bancos centrais dos países de língua portuguesa.
Comunicados, conferências de imprensa e intervenções públicas	Divulga regularmente informação e esclarecimentos ao público e à imprensa através de comunicados e conferências de imprensa. Divulga as intervenções públicas dos seus responsáveis em seminários e conferências.
Divulgação pública das remunerações do Conselho de Administração	As remunerações mensais atribuídas aos membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal encontram-se divulgadas no site institucional .

3.5 Comunicação e colaboração com *stakeholders*

O Banco de Portugal relaciona-se com os seus *stakeholders* de forma pró-ativa e tempestiva, com transparência, num espírito de colaboração e reciprocidade.

As ações de envolvimento com os *stakeholders* permitem ter mais informação e conhecimento sobre todos os que têm interesse direto ou indireto no Banco. São regularmente realizadas auscultações, para antecipar questões relevantes, desenvolver iniciativas de relacionamento e avaliar se a informação e o conhecimento transmitidos são úteis, relevantes e contribuem para a criação de relações de valor.

O Banco mapeou os seus *stakeholders* internos e externos e identificou os principais grupos.

Quadro I.3.2 • Principais formas de relacionamento com os *stakeholders* auscultados

Academia	<ul style="list-style-type: none">– Conferências– Formação– Patrocínios– Portal BPLim– Portal BPstat– Protocolos– Publicações– Questionários de avaliação das publicações– Site institucional
Cliente bancário	<ul style="list-style-type: none">– Auscultação pontual a retalhistas– Formação Financeira– Portal do Cliente Bancário– Questionários de avaliação de qualidade no atendimento– Redes sociais– Site institucional
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none">– Questionários de satisfação e de qualidade de serviço– Reuniões
Instituições financeiras supervisionadas	<ul style="list-style-type: none">– Consultas públicas– Formação– Grupos de trabalho– Portal BPnet– Publicações– Respostas a pedidos de informação– Reuniões– Site institucional
Media	<ul style="list-style-type: none">– Briefings– Comunicados– Conferências de Imprensa– Encontros e <i>workshops</i>– Parcerias– Resposta a pedidos de informação– Site institucional

Nota: O Quadro I.3.2 não identifica todas as formas de relacionamento de modo exaustivo. A organização dos *stakeholders* é apresentada por ordem alfabética e apenas foram incluídas as formas de relacionamento com os *stakeholders* auscultados.

Figura I.3.3 • Principais grupos de *stakeholders*



ACADEMIA

ACIONISTA

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E SETORIAIS

AUTORIADES EUROPEIAS DE SUPERVISÃO

BANCOS CENTRAIS NACIONAIS FORA DA UE

EUROSISTEMA E SIST. EUROPEU BANCOS CENTRAIS

FORNECEDORES

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SUPERVISIONADAS

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

MEDIA

PARLAMENTO

PÚBLICO

SUPERVISORES FINANCEIROS

TRABALHADORES

Focado na melhoria da relação com os seus *stakeholders* externos, o Banco de Portugal lançou, nos dois últimos anos, novos canais digitais, de que são exemplo:

- A nova **app** do Banco de Portugal, que permite aos cidadãos o acesso, através do *smartphone*, a um conjunto de informação e serviços prestados pelo Banco;
- A Plataforma Eletrónica de Registo e Transmissão de Ofícios (PERTO), para agilizar o envio de pedidos de informação ao Banco de Portugal e a difusão de ofícios pelo sistema financeiro;
- O novo portal **BPstat**, onde são divulgadas mais de 300 mil séries estatísticas sobre a economia portuguesa e a economia da área do euro;
- O Portal do Laboratório de Investigação em Microdados do Banco de Portugal (BPLIM) que permite a investigadores externos, nacionais e estrangeiros, acederem remotamente a informação sobre bases de dados granulares sobre a economia portuguesa, com total salvaguarda da confidencialidade da informação;
- O **agendamento online** para os postos de atendimentos do Banco de Portugal;
- O **livro de reclamações eletrónico**, para apresentação de reclamações sobre a atuação de instituições financeiras.

3.6 Inovação e transformação digital

A rápida evolução tecnológica e uma economia cada vez mais digital colocam desafios aos bancos centrais no cumprimento do seu mandato. O Banco de Portugal tem acompanhado a transformação digital em curso, em estreita colaboração com as entidades relevantes.

Digitalização dos pagamentos e inovação financeira

A tendência para a utilização de meios de pagamento eletrónicos inovadores tem vindo a acentuar-se e a pandemia de COVID-19 acelerou o processo de digitalização nos pagamentos.

Para acompanhar estes desenvolvimentos, o Banco de Portugal reúne periodicamente com os operadores inovadores que atuam ou pretendem atuar no mercado de pagamentos nacional, através de *Fintech Meetings*. Estas reuniões permitem partilhar informações sobre a regulamentação aplicável, analisar as oportunidades proporcionadas pela inovação e conhecer novos modelos de negócio e soluções, em desenvolvimento ou em produção.

O diálogo com operadores inovadores acontece também através do Portugal FinLab, uma iniciativa do Banco de Portugal, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito desta iniciativa, os reguladores prestam esclarecimentos sobre a realidade regulatória a empresas com projetos nas áreas de *fintech* e de *insurtech*.

Paralelamente, o Banco interage com o mercado para a promoção de soluções de pagamentos seguras, eficientes e inovadoras, sobretudo através da Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos e do Fórum para os Sistemas de Pagamentos, estruturas consultivas que reúnem os principais intervenientes na oferta e na procura de serviços de pagamento.

O Banco de Portugal está a colaborar nos trabalhos de avaliação da eventual emissão de uma moeda digital pelo Eurosistema – o euro digital.

Em matéria de inovação financeira, o Banco de Portugal acompanha e participa na reflexão sobre os riscos e as oportunidades que a inovação tecnológica coloca no âmbito dos serviços financeiros e na prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, trabalhando com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, a Autoridade Bancária Europeia, o Mecanismo Único de Supervisão e o Comité Europeu do Risco Sistémico.

Banco digital 2020

Em 2016, o Banco de Portugal lançou um programa interno de transformação digital – o Banco Digital 2020, sendo de destacar:

- A criação de um sistema de gestão integrada da informação, desenvolvido para uniformizar e racionalizar a informação solicitada às entidades com as quais se relaciona;
- A criação do posto de trabalho digital com a implementação de soluções colaborativas e de mobilidade;
- A otimização e transferência para o Carregado do centro de processamento de dados (*data center*) do Banco de Portugal, aumentando a resiliência em matéria de continuidade de negócio.

Foi criado um *Laboratório de Inovação do Banco de Portugal* onde têm sido desenvolvidos trabalhos experimentais para avaliar o nível de resposta a diferentes casos de negócio, designadamente no âmbito da validação de minutas de contratos, definição de alertas de supervisão com base na análise de redes sociais, utilização de *bots* para a automatização de processos, e a extensão a outros bancos centrais nacionais da solução informática de empréstimo de títulos, desenvolvida sobre a tecnologia *blockchain*.

4 Empregador responsável

As pessoas são essenciais para o cumprimento da missão e objetivos do Banco. A promoção do seu bem-estar e desenvolvimento é uma preocupação permanente. No Plano Estratégico 17-20, o Banco estabeleceu como objetivos evoluir o modelo de gestão de recursos humanos a partir do mapeamento de perfis de competências, investir na formação e no desenvolvimento das pessoas, desenvolver lideranças fortes e ajustar os sistemas de incentivos e de compensação a critérios baseados no mérito, para garantir a motivação e potenciar a colaboração.

4.1 Gestão, desenvolvimento e formação

ODS: 4 - Educação de qualidade | 5 - Igualdade de género | 8 - Trabalho digno e crescimento económico

Atração e retenção de talento

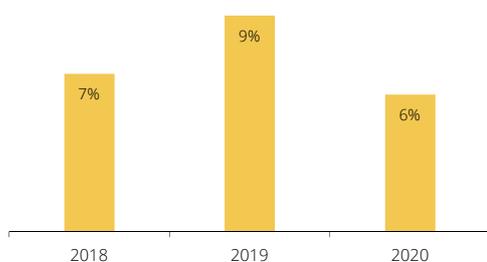
O Banco de Portugal procura os melhores profissionais para desempenhar as suas funções integrando jovens e profissionais qualificados nas suas equipas, portadores de novos conhecimentos e diferentes experiências.

Atualmente, 87,2% dos colaboradores tem qualificações de nível superior. O Banco tem capacidade comprovada de atrair novos talentos, 53% dos colaboradores foram admitidos nos últimos 10 anos.

Quadro I.4.1 • Número de concursos

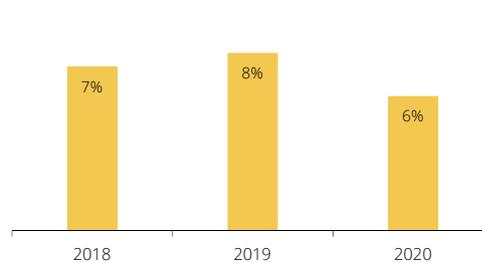
	2019	2020
Concursos internos	30	53
Concursos externos	24	23

Gráfico I.4.1 • Taxa de novas contratações



Nota: Taxa de novas contratações (N.º de novas contratações/N.º total de colaboradores).

Gráfico I.4.2 • Taxa de rotatividade



Nota: Taxa de rotatividade (N.º de saídas / N.º total de colaboradores).

A atração de novos talentos é ainda promovida através de iniciativas como o *Open Day* e estágios profissionais.

Open Day

Os eventos *Open Day* em 2019 e 2020 ocorreram em formato presencial em Lisboa e no Porto. Em ambos os eventos estiveram presentes cerca de 300 alunos das seguintes universidades



Open Day 2020.

convidadas: Universidade Católica Portuguesa, Nova School of Business and Economics, Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Nova IMS, ISCTE, ISEG, FEP e FEUP.

Para garantir a adequabilidade das medidas e das políticas em vigor, o *feedback* obtido nas entrevistas de saída e os resultados de estudos de clima organizacional são tidos em consideração na elaboração dos planos de atração e retenção do talento.

Investimento em formação

O Banco de Portugal aposta na formação dos seus colaboradores.

Um dos projetos mais estruturantes desenvolvidos neste domínio é a **Academia do Banco de Portugal**, que promove a gestão integrada da formação dos colaboradores em função da missão, valores e prioridades estratégicas do Banco. A Academia inclui uma Escola de Gestão e Liderança e, desde 2020, também uma Escola de *Data Science*.

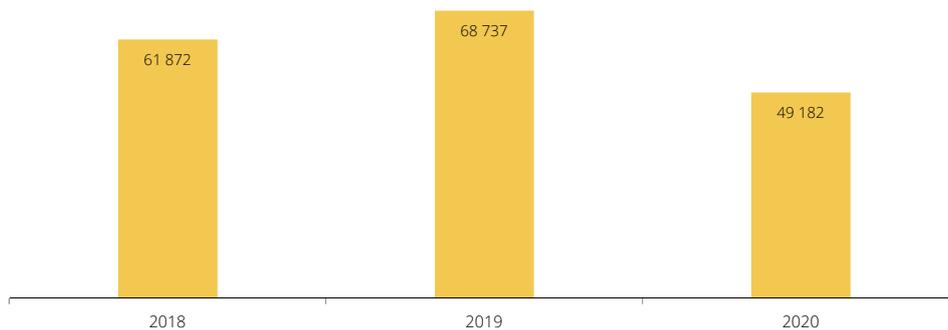
No âmbito da Academia, os colaboradores podem candidatar-se ao **apoio financeiro para a frequência de cursos superiores e de cursos especializados**.

Quadro I.4.2 • Apoio financeiro a colaboradores para cursos superiores e cursos especializados

2019	2020
97 000 €	100 000 €
34 colaboradores (24 dos quais admitidos há menos de 5 anos)	35 colaboradores
Tipo de curso mais solicitado: Pós-graduação	Tipo de curso mais solicitado: Mestrado

Em 2020, foram proporcionadas menos horas de formação aos trabalhadores, na sequência das restrições impostas pela pandemia. Ainda assim, através do esforço de implementação de programas de formação à distância, 95,5% dos trabalhadores participaram em, pelo menos, uma ação de formação.

Gráfico I.4.3 • Total de horas de formação



- Escola de *Data Science*

A Escola de *Data Science* arrancou com cursos nas áreas de análise de dados e de tecnologias da informação. O objetivo da criação da Escola foi o de reforçar e potenciar as competências dos trabalhadores nas áreas da computação (incluindo em *business intelligence*, *big data* e *machine learning*), matemática e estatística e gestão da informação.

No último trimestre de 2020, a Escola desenvolveu outros percursos formativos, tendo em consideração os diferentes níveis de conhecimento dos participantes, nomeadamente: *Beginner*, *Data Visualization* e *Fintech*. Foi também criada a comunidade *online DATA.go*, que permite aos seus participantes partilharem informações e experiências nestes domínios.

Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são princípios subjacentes à atuação do Banco de Portugal. O Banco procura garantir a igualdade e a não discriminação através das políticas que adota. O Código de Conduta dos Trabalhadores do Banco de Portugal e o Quadro Geral de Princípios dos Adjudicatários do Banco de Portugal são exemplos destas políticas.

O Banco é membro fundador da **ESCB & SSM Diversity Network**, uma rede dinamizada pelo Banco Central Europeu que tem como objetivos potenciar a colaboração entre os elementos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Mecanismo Único de Supervisão e fomentar a partilha de boas práticas na promoção da igualdade. Também participa no **iGen – Fórum Organizações para a Igualdade**, no âmbito do qual assumiu o compromisso de incorporar nas estratégias e nos modelos de gestão os princípios da igualdade entre mulheres e homens no trabalho.

A distribuição de género no total de trabalhadores e em cargos de gestão intermédia reflete a conduta que pauta a atuação do Banco. Um maior esforço tem sido conduzido no sentido de promover a paridade de género nos cargos de gestão de topo.

Quadro I.4.3 • Distribuição de género

Colaboradores do Banco	Cargos de gestão intermédia	Cargos de gestão de topo
50% sexo masculino	49% sexo masculino	70% sexo masculino
50% sexo feminino	51% sexo feminino	30% sexo feminino

Em 2020, foi efetuado um estudo sobre *gender pay gap* no Banco de Portugal para caracterizar, com referência a 2019, as diferenças na composição dos efetivos, nas promoções e na remuneração mensal. Os resultados revelam:

- A existência de um equilíbrio de género, potenciado em grande parte por trabalhadores com menos de 20 anos de antiguidade no Banco, espelhando uma tendência para a contratação de mulheres em maior número nesse período;
- A existência de equilíbrio ao nível de funções exercidas, com exceção da gestão de topo;
- Um equilíbrio global nos trabalhadores abrangidos por aumentos remunerativos no âmbito do processo anual de promoção por mérito.

A inclusão de pessoas portadoras de deficiência é fulcral na promoção da inclusão dentro das organizações. Em 2018, o Banco, decorrente da parceria com a Associação Salvador, acolheu uma estagiária na área de recursos humanos.

Gestão de pessoas no contexto da COVID-19

A pandemia teve um impacto significativo na gestão de pessoas no Banco de Portugal, dado que foi essencial atuar, desde o primeiro momento, para garantir a saúde e a segurança dos colaboradores e promover o seu bem-estar.

A migração dos colaboradores para teletrabalho iniciou-se a 13 de março, dois dias depois de a Organização Mundial da Saúde elevar a COVID-19 a estatuto de pandemia. Em menos de uma semana, 1200 colaboradores estavam a trabalhar a partir de casa, continuando apenas a ser executadas

presencialmente funções relacionadas com a emissão monetária, os sistemas de pagamentos, e outras funções de apoio indispensáveis ao funcionamento do Banco.

Embora um número muito significativo de colaboradores já dispusesse das condições necessárias à prestação de teletrabalho, o Banco atribuiu, durante o período de confinamento, mais de 240 portáteis, 150 telemóveis e 250 cartões com chip para acesso remoto. Foram ainda garantidas as condições para que os prestadores externos pudessem operar em regime de teletrabalho, incluindo as equipas de suporte informático.

Na primeira fase de desconfinamento foi elaborado um plano de regresso faseado às instalações e preparados 2000 *kits* de boas-vindas. Foi também lançada uma campanha interna de informação sobre o regresso, que incluiu um guia prático, um vídeo demonstrativo e um conjunto de respostas a perguntas frequentes sobre as novas regras de funcionamento dos edifícios.

Banco de Portugal foi o mais bem avaliado pelos colaboradores entre os bancos centrais europeus

O Banco de Portugal foi o banco central europeu mais bem classificado pelos colaboradores devido à sua atuação durante a pandemia, de acordo com um inquérito realizado pelo comité de sindicatos dos bancos centrais europeus em maio de 2020.

Os resultados do inquérito foram divulgados pelo Standing Committee of European Central Banks Unions (SCECBU) no relatório *A emergência da COVID-19 nos bancos centrais europeus – impacto nas condições de trabalho dos colaboradores*. Os colaboradores do Banco avaliaram com pontuação máxima as medidas adotadas para os proteger e garantir condições de trabalho durante a crise.

4.2 Saúde, segurança e bem-estar

Benefícios e conciliação entre a vida profissional e pessoal

A satisfação e bem-estar dos colaboradores são fatores essenciais para o desempenho profissional e o bom funcionamento do Banco.

Consciente da sua responsabilidade nesta matéria, o Banco disponibiliza um conjunto alargado de benefícios aos colaboradores e tem implementadas várias medidas promotoras da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal (Quadro I.4.4).

Quadro I.4.4 • Medidas promotoras da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal

Organização do tempo de trabalho	<ul style="list-style-type: none">– Teletrabalho;– Regime de horário flexível;– Regime de jornada contínua.
Proteção da parentalidade e assistência à família	<ul style="list-style-type: none">– Subsídio por nascimento;– Subsídio infantil (até ao ensino secundário);– <i>Ticket</i> Infância;– Comparticipação de propinas dos filhos de colaboradores;– Dispensa no primeiro dia de escola do 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico.
Benefícios sociais e apoios financeiros a trabalhadores e às suas famílias	<ul style="list-style-type: none">– Campos de férias para filhos e netos de colaboradores ou reformados;– Acesso a empréstimos com condições especiais;– Apoio social em situações de vulnerabilidade.
Promoção da saúde e do bem-estar	<ul style="list-style-type: none">– Seguro de saúde;– Atividades desportivas e culturais através do Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal;– Centro de Saúde e Medicina do Trabalho;– Atividades de lazer no Centro de Formação da Quinta da Fonte Santa.

Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal

Criado em 1948, o Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal tem como objetivo promover o envolvimento e o bem-estar dos colaboradores do Banco.

No contexto da pandemia, o Grupo Desportivo e Cultural passou a disponibilizar *online* várias atividades, incluindo aulas de *fitness*, ioga, guitarra, escrita criativa, concertos e encontros literários.

Saúde e segurança no trabalho

A promoção da saúde e segurança dos trabalhadores é prioritária para o Banco de Portugal.

Em 2020, o Banco de Portugal tomou várias medidas destinadas a salvaguardar a saúde e a segurança dos seus trabalhadores no contexto da pandemia de COVID-19:

- Adaptou as condições de funcionamento dos edifícios;
- Adquiriu produtos e materiais desinfetantes e equipamentos de proteção individual;
- Desenvolveu e implementou procedimentos especiais de higienização;
- Prestou formação às equipas e acompanhou a adoção dos protocolos instituídos;
- Criou e apetrechou, pelo menos, uma sala de isolamento por edifício;
- Reduziu e instituiu a rotação periódica das equipas externas;
- Obteve a certificação "Global Safe Site", atribuída pelo Bureau Veritas.

No âmbito da promoção da saúde dos trabalhadores, o Banco proporciona aos seus trabalhadores, em circunstâncias normais, o acesso gratuito a cuidados de saúde através do seu Centro de Saúde e Medicina do Trabalho. São disponibilizados rastreios para controlo metabólico, doenças cardiovasculares, doença oncológica e doença mental, com sessões informativas e apoio psicológico e psicoterapêutico, bem como controlo de medicação, consulta do viajante e exames de aptidão desportiva.

No período de 2019/2020, foram:

- Avaliados os riscos profissionais de **90 postos de trabalho** (59 em 2019, 31 em 2020) e verificadas as condições de funcionamento de **753 equipamentos de trabalho** (494 em 2019, 259 em 2020);
- Realizados **estudos técnicos** à qualidade do ar no interior dos edifícios, ao sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado, à legionella, à qualidade da água e ao ruído laboral;
- Realizados **17 simulacros de evacuação**, no âmbito da segurança contraincêndios e medidas de autoproteção.

Para alertar os trabalhadores e os prestadores de serviços para a importância da prevenção da COVID-19, foi desenvolvida uma formação em regime de *e-learning*, na qual participaram 591 trabalhadores. Foram ainda elaborados e divulgados guias de boas práticas, para colaboradores e prestadores de serviços, e desenvolvida uma campanha de informação, que incluiu a afixação de sinalética e de informações nos edifícios.

Para além da formação desenvolvida em matéria de prevenção contra a COVID-19, foram ainda realizadas as ações de suporte básico de vida, prevenção e controlo de legionella em sistemas de água e sessões de acolhimento a novos colaboradores.

Acompanhamento médico em contexto pandémico

O acompanhamento médico prestado pelo Centro de Saúde e Medicina do Trabalho continuou a ser assegurado, por via remota. Nas situações de suspeita ou de confirmação de COVID-19,

o Centro de Saúde orientou e acompanhou os colaboradores do Banco, o respetivo agregado familiar, reformados e equipas externas a desempenhar funções na instituição.

Também reforçou os horários das consultas de psicologia.

Acidentes de trabalho

Em 2020, registaram-se decréscimos acentuados do número de acidentes de trabalho (de 34 em 2019 para 10 em 2020) e do índice de acidentes de trabalho² (de 2,47 em 2019 para 0,76 em 2020), decorrentes da diminuição de circulação nos edifícios.

O principal tipo de acidentes de trabalho foram as **quedas ao mesmo nível** (40% do total de acidentes), seguindo-se o embate contra objetos (20%) e a queda de objetos (20%).

2. Índice de acidentes de trabalho = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Número de horas trabalhadas) x 200 000.

5 Responsabilidade social

O Banco de Portugal contribui para uma sociedade informada, tirando partido da sua posição privilegiada no acesso à informação, do seu estatuto de independência, da qualidade técnica dos seus colaboradores e das parcerias que estabelece com a academia e com outros *stakeholders*, nacionais e internacionais.

Para além disso, o Banco desenvolve relações de proximidade e parceria com as comunidades das geografias onde está presente, quer pela geração de emprego e riqueza, quer pelas causas e projetos socialmente responsáveis que apoia.

5.1 Literacia financeira e económica

ODS: 10 – Reduzir as desigualdades | 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

Informação financeira

- Portal do Cliente Bancário

O Banco de Portugal tem um Portal do Cliente Bancário, através do qual presta informação sobre os direitos e os deveres dos clientes na contratação de produtos e serviços bancários.

No contexto da pandemia de COVID-19, o Portal divulgou informação sobre as medidas de mitigação adotadas, com destaque para as condições de acesso e características das moratórias de crédito e para as iniciativas destinadas a promover os pagamentos eletrónicos. Em 2020, o número de visitas ao Portal do Cliente Bancário aumentou 25%.

- Divulgação da conta de serviços mínimos bancários

A divulgação da conta de serviços mínimos bancários (SMB) é uma prioridade para o Banco de Portugal. Esta conta permite o acesso dos cidadãos a um conjunto de serviços bancários essenciais a um custo reduzido.

Em 2019, o Banco celebrou um protocolo com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para a promoção e divulgação dos serviços mínimos bancários nos postos de atendimento da Segurança Social e do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Em 2020, lançou uma campanha de divulgação, com descodificadores e vídeos, nas redes sociais e no Portal do Cliente Bancário.

- Formação financeira

O Banco de Portugal promove a formação financeira através da realização de ações de formação e de campanhas de sensibilização com o envolvimento da sua rede regional.

Em 2020, as ações de formação foram maioritariamente dirigidas a estudantes em temas como a gestão do orçamento e utilização de canais digitais.

Quadro I.5.1 • Iniciativas de formação financeira do Banco de Portugal

	2019	2020
Ações de formação	581	213
Participantes	20 458	6997

A formação financeira digital dos jovens é uma prioridade. Neste âmbito, foi desenvolvida a campanha #ficaadica para sensibilizar os jovens para os cuidados a ter na utilização dos canais digitais no acesso a produtos e serviços bancários.

Figura I.5.1 • Brochura #ficaadica



As dicas foram divulgadas no Portal do Cliente Bancário e no Instagram e reunidas na brochura “5 dicas para ficares mais seguro *online*” que foi distribuída por escolas de todo o país.

Em 2020, a convite do Ministério da Educação, foi realizado um *webinar* sobre formação financeira digital, no qual participaram 1469 professores.

Plano Nacional de Formação Financeira

O Banco de Portugal participa nos trabalhos do Plano Nacional de Formação Financeira, com os outros supervisores financeiros. Em 2019 e 2020, no âmbito da parceria estratégica com o Ministério da Educação, continuou a promover-se a educação financeira nas escolas e realizaram-se cursos de formação de formadores. Em parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, com a Agência para a Competitividade e Inovação e com o Turismo de Portugal, realizaram-se ações para apoiar

a formação financeira dos desempregados, dos empreendedores e de gestores de micro, pequenas e médias empresas.

Anualmente, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros dinamiza a Semana da Formação Financeira com o objetivo de sensibilizar a população para a importância da formação financeira. Em 2019 o evento decorreu nas autarquias da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Em 2020 foi dinamizada quase totalmente à distância e com recurso às redes sociais sob o lema “Na Formação Financeira Todos Contam! À distância de um clique”.

As iniciativas desenvolvidas neste âmbito constam dos respetivos relatórios anuais divulgados no portal [Todos Contam](#).

Literacia económica e explicação das funções de Banco Central

O Banco de Portugal promove iniciativas para ajudar os cidadãos a compreender melhor a economia, para que possam tomar decisões mais informadas.

- Compreender o Banco de Portugal – Museu do Dinheiro

Em 2020 abriu ao público um novo núcleo no Museu do Dinheiro que dá a conhecer as principais funções do Banco de Portugal e o impacto das suas atividades na vida dos cidadãos.

Através de um conjunto de atividades interativas, o visitante pode explorar conceitos económicos básicos e navegar pela informação, consoante o seu nível de conhecimento e interesses.

O Museu do Dinheiro tem também um Centro de Educação Financeira, inaugurado em 2019, onde as famílias e o público escolar têm a oportunidade de simular situações da vida real e compreender como fazer escolhas mais informadas sobre como gastam e poupam o seu dinheiro.

- Descodificadores e *podcasts*

Em 2019 e 2020, o Banco de Portugal publicou no *site* institucional e nas redes sociais um total de 63 [descodificadores](#) para explicar em linguagem simples e visual temas e conceitos relacionados com as suas funções.

Em 2020, foi criado um novo canal de comunicação, *BdP Podcast*, cujo objetivo é dar a conhecer as atividades desenvolvidas pelo Banco de Portugal e abordar temas que possam ser úteis no dia-a-dia dos cidadãos, sejam dicas para a utilização de serviços financeiros e de pagamentos ou informações sobre os diferentes serviços disponibilizados a particulares e empresas.

Figura I.5.2 • Imagem BdP Podcast



- Concurso Geração Euro

O concurso Geração Euro, lançado em 2011, é organizado todos os anos em vários países da área do euro e dirige-se a estudantes entre os 16 e os 19 anos que frequentem os últimos anos do ensino secundário, em qualquer área de ensino, incluindo profissional. O principal objetivo do concurso é aproximar os bancos centrais da população e ajudar os jovens a perceber a importância da política monetária.

A melhor equipa de cada país é convidada a participar na cerimónia europeia de entrega de prémios, que decorre no BCE.

- Economia numa imagem

O Banco criou no seu *site* institucional a rubrica *Economia numa imagem* que, através de um gráfico acompanhado de uma breve análise, visa dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos seus economistas. Os assuntos abordados são diversificados: crescimento económico, comércio, educação, mercado de trabalho, política monetária, inflação, intermediação financeira, entre outros.

Figura I.5.3 • Edições da Economia numa imagem



- Formação estatística

Com o objetivo de promover o conhecimento sobre a economia portuguesa e sobre as estatísticas que produz, o Banco de Portugal realiza ações de comunicação e formação junto das escolas e universidades. Em 2019, foram realizadas 22 apresentações a 800 alunos de universidades

Figura I.5.4 • Cartaz do webinar dirigido a professores do secundário sobre “As Contas Nacionais e as Estatísticas do BPstat”



e estabelecida uma parceria com a Universidade de Aveiro com vista à inclusão, a título experimental, de temas relativos às estatísticas produzidas pelo Banco em unidades curriculares de licenciatura e mestrado em economia. Em 2020 foram realizados, em parceria com a Direção Geral da Educação, dois *webinars* dirigidos a professores do ensino secundário que contaram com 254 participações.

Política de apoio financeiro e social

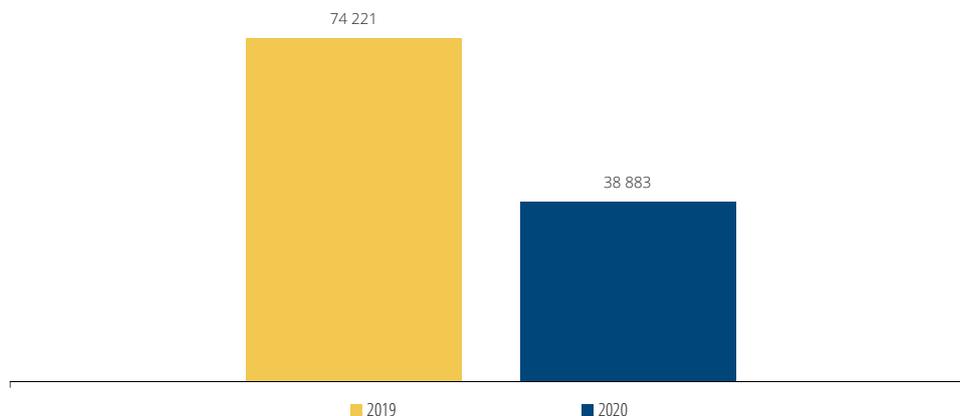
O Banco de Portugal apoia iniciativas relacionadas com as suas funções e missão, nomeadamente que contribuam para a melhoria da literacia económica e financeira da população portuguesa e para o enriquecimento de conhecimentos no domínio das Ciências Económicas.

Este apoio obedece a um conjunto de critérios, descritos na sua *política de apoio financeiro e social*, que garantem uma análise isenta, objetiva e transparente das candidaturas. É efetuada uma avaliação regular das parcerias existentes e dos projetos financiados.

Objetivos e princípios da política de apoio financeiro e social:

- Promover a investigação e o conhecimento na área das Ciências Económicas;
- Contribuir para a reflexão e discussão pública de temas relevantes para a economia portuguesa;
- Promover a educação e literacia financeira e o conhecimento das atividades e funções do Banco de Portugal.

Gráfico I.5.1 • Apoios concedidos em 2019 e 2020 (em euros)



Em 2020, o apoio financeiro foi muito inferior ao dos anos anteriores refletindo a redução de eventos em formato presencial.

A política de apoio financeiro e social assenta em três pilares:

- **Grandes iniciativas:** Patrocínio de iniciativas que tenham o Banco como principal *sponsor*;
- **Apoio a pedidos casuísticos:** Pedidos casuísticos de patrocínio e donativo dirigidos ao Banco;
- **Iniciativas propostas pelos colaboradores do Banco:** Projetos de responsabilidade social apresentados pelos colaboradores do Banco.

- **Grandes iniciativas**

Em 2019, o Banco patrocinou a conferência anual da European Finance Association que teve lugar em Lisboa. A European Finance Association é uma rede global de investigação e ensino de finanças. Os economistas do Banco de Portugal participaram nesta conferência.

Também renovou a parceria científica com o Centro de Investigação Regulação Supervisão Financeira (CIRSF). O CIRSF tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de reflexão independente em matéria de regulação e supervisão financeiras, com elevado enfoque europeu.

Em 2020 não foi desenvolvida nenhuma iniciativa neste pilar.

- **Apoio a pedidos casuísticos**

Os pedidos recebidos pelo Banco neste pilar foram essencialmente para o apoio a conferências e eventos relacionados com a missão do Banco.

Quadro I.5.2 • Patrocínios a conferências e eventos

	Patrocínios concedidos	Valores atribuídos
2019	20	34 221 €
2020	9	24 000 €

- **Iniciativas propostas pelos colaboradores do Banco | Concurso BdP mais solidário**

Anualmente é realizado um concurso, em que os colaboradores são desafiados a, em equipa, propor o apoio ao desenvolvimento de projetos de solidariedade social. Estes projetos são submetidos à votação de todos os colaboradores e o vencedor é apoiado pelo Banco.

- 2019 – Apoio ao Centro de Recuperação e Integração de Abrantes (CRIA)

Em 2019, o projeto vencedor propunha a reconversão de um espaço devoluto do CRIA num espaço multiusos para realização de atividades culturais, terapêuticas e desportivas destinadas a utentes com deficiência. As obras de reconversão, no montante de 14 944 euros, realizadas com o apoio do Banco de Portugal, foram concluídas em 2020.

- 2020 – Associação para os Problemas do Desenvolvimento e do Autismo (APPDA) de Viseu

O projeto mais votado em 2020 propôs a criação de uma plataforma digital para a APPDA de Viseu poder comunicar com as famílias apoiadas e proporcionar terapia *online*. A plataforma encontra-se em fase de desenvolvimento. O Banco contribuiu para este projeto com 15 000 euros.



Inauguração do novo espaço multiusos do CRIA.

Caixa 1 • Voluntariado e envolvimento com a comunidade

ODS: 2 – Erradicar a fome | 4 – Educação de qualidade

O Banco de Portugal trabalha junto da comunidade através de iniciativas de responsabilidade social e de voluntariado, com o objetivo de contribuir para uma sociedade mais inclusiva e justa. Estas iniciativas geram valor diretamente para os seus beneficiários e também para os colaboradores envolvidos.

Para garantir que estas ações têm qualidade e efetivo impacto na comunidade, o Banco de Portugal conta com o apoio de uma rede de parceiros.

São objetivos neste âmbito:

- Promover a **inclusão pela educação**, colocando o conhecimento e as competências dos colaboradores ao serviço da comunidade escolar;
- **Ajudar a colmatar as carências das comunidades mais próximas dos edifícios do Banco**, designadamente através de ações de doação de alimentos e de combate ao isolamento;
- **Apoiar financeiramente** ações identificadas pelas entidades dos setores sociais parceiras do Banco.

As iniciativas de responsabilidade social e de voluntariado no Banco incluem os seguintes programas:

- Apoio à educação;
- Apoio alimentar;
- Outras iniciativas.

Programas de apoio à educação

Os programas de apoio à educação assentam em ações de voluntariado de competências, desenvolvidas para ajudar a progressão escolar dos alunos, desde o primeiro ciclo até ao final do secundário.

Programa Vocações

O programa Vocações visa contribuir para a redução do insucesso escolar. Os voluntários do Banco dão explicações de matemática, português e inglês a alunos de meios socioeconómicos desfavorecidos, identificados pela entidade parceira nesta iniciativa.

A partir de março de 2020, o programa Vocações decorreu exclusivamente *online*. Para o efeito, o Banco e os seus colaboradores doaram computadores e acessos à internet aos alunos do programa sem acesso a estes meios.

Em 2020, o Banco e os seus colaboradores doaram um total de 100 computadores à comunidade educativa.

Quadro C1.1 • Programa Vocações

Ano letivo	Alunos	Voluntários	Parceiro
2018-2019	32	35	EPIS
2019-2020	31	31	Empresários pela inclusão social

Programa Voluntários da Leitura

O programa Voluntários da Leitura visa contribuir para o desenvolvimento de competências e gosto pela leitura nos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas próximas dos edifícios do Banco em Lisboa e Porto.

Esta ação foi suspensa em março de 2020 e retomada em 2021 de forma remota.

Quadro C1.2 • Programa Voluntários da Leitura

Ano letivo	Alunos	Voluntários	Parceiro
2018-2019	46	23	AVL
2019-mar. 2020	80	36	Associação Voluntários de Leitura

Iniciativas LER + Histórias e Hora do Conto

O objetivo das iniciativas Ler + Histórias e Hora do Conto é proporcionar momentos de entretenimento a crianças e adolescentes hospitalizados no Hospital Dona Estefânia. A iniciativa Ler + Histórias decorre todas as semanas e a iniciativa Hora do Conto é organizada pontualmente, em épocas como o Natal, Carnaval e a Páscoa.

Em 2019 e até março de 2020, estas iniciativas contaram com a participação de 18 voluntários do Banco.

Apoio alimentar

No âmbito do projeto Zero Desperdício, em vigor desde 2012, o Fundo Social do Banco de Portugal entrega diariamente à Junta de Freguesia de Arroios e à Loja Social do Carregado 35 refeições para serem distribuídas a famílias carenciadas.

Ao abrigo dos protocolos com a Associação DariAcordar e com a Loja Social do Carregado, envolvendo os concessionários dos refeitórios do Banco, foram doadas, em 2019:

- 2840 refeições;
- 10 868 litros de sopa;
- 638 quilogramas de guarnições e acompanhamentos.

Em 2019 e em 2020, foram doados 350 quilogramas de bacalhau, entregues à Junta de Freguesia de Arroios e à Loja Social do Carregado para a constituição de cabazes de Natal. À Loja Social do Carregado foram ainda oferecidos 500 litros de leite.

Desde 2015, o Fundo Social oferece os lanches ao programa de férias para jovens da Junta de Freguesia do Arroios; em 2020, esta ação não foi realizada devido à pandemia.

Em 2020, em resposta à emergência alimentar que surgiu com a pandemia, o Banco iniciou um programa de doação alimentar em parceria com a Refood. A partir de abril de 2020 passaram a ser entregues à Refood 250 refeições diárias confeccionadas nos refeitórios do Banco. Este apoio permitiu transitoriamente colmatar parte da ausência das habituais fontes de recolha de alimentos e manter em funcionamento cinco núcleos da Refood na região de Lisboa.

Outras ações de caráter pontual:

- **Recolha e distribuição de alimentos com o Banco Alimentar** – em parceria com o Banco Alimentar, os colaboradores do Banco, em diferentes localizações, colaboram na recolha e distribuição de alimentos.
- **Pessoas Solidárias em parceria com a Entreatuda** – anualmente, por ocasião do Natal, os colaboradores adquirem senhas solidárias que correspondem a cabazes de alimentos.

Outras iniciativas

- **Agenda Solidária** – A agenda anual do Banco de Portugal é uma agenda solidária, criada com a participação dos colaboradores do Banco e das suas famílias. O valor angariado com a venda desta agenda é integralmente doado a uma instituição. Em 2019, foram doados 9783 euros ao Hospital Dona Estefânia e, em 2020, 10 564 euros ao Instituto Português de Oncologia do Porto.
- **Job Shadowing** – Esta iniciativa possibilita a alunos do ensino secundário conhecer e participar na atividade dos diferentes departamentos do Banco durante uma semana. Em 2020, esta iniciativa decorreu por meios remotos.
- **Catálogo dos livros no Porto** – Esta iniciativa permite que, através desta catalogação, a comunidade carenciada residente junto da Biblioteca da Ajudaris possa ler na Biblioteca e requisitar livros para levar para casa, promovendo a literacia e a troca de experiências.
- **Equipa de visitantes das instituições de solidariedade social apoiadas no Porto** – Esta iniciativa tem como objetivo ajudar as instituições a melhorarem os serviços prestados aos beneficiários, dotando-as de um conjunto de instrumentos e recursos de gestão capazes de potenciar não só a eficiência dos seus meios como a eficácia dos seus resultados.
- **Recuperação de um quarto do Serviço de Pediatria Médica do Hospital Dona Estefânia** – Em 2020 foram doados 9800 euros para a recuperação de um quarto do Serviço de Pediatria Médica destinado a doentes de primeira infância (0 aos 24 meses) com insuficiência respiratória.

6 Desempenho ambiental

6.1 Gestão dos recursos

ODS: 12 – Produção e consumo sustentáveis

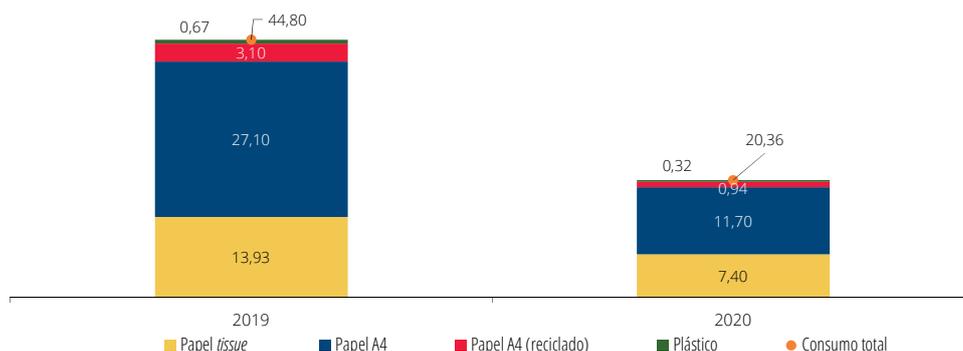
O Banco de Portugal monitoriza regularmente um conjunto de indicadores para avaliar a sustentabilidade das suas operações, nomeadamente o consumo de materiais, o consumo de energia e as emissões de dióxido de carbono.

Em 2020, o confinamento teve um impacto significativo na evolução destes indicadores.

No âmbito do **consumo de materiais** nas atividades do Banco de Portugal, são considerados quatro grupos principais de materiais, todos renováveis: papel *tissue*, papel A4 (normal e reciclado) e plásticos descartáveis (garrafas de água e copos descartáveis). O papel é o material com maior impacto em termos de quantidade consumida, correspondendo a quase 100% dos materiais utilizados.

Em 2020, o consumo de materiais caiu para menos de metade de 2019.

Gráfico I.6.1 • Consumo de materiais (em toneladas)



A **produção de resíduos** também verificou uma diminuição acentuada em relação a 2019, cerca de 23%. Esta redução é consequência de uma menor presença nos edifícios do Banco, mas também da sensibilização dos colaboradores e da implementação de medidas para atingir as metas definidas.

Quadro I.6.1 • Resíduos gerados | Em toneladas

	2019	2020
Total dos resíduos gerados	382,36	296,23
Resíduos não perigosos	378,15	293,49
Valorização – não destinados a deposição final	377,80	290,77
Eliminação – destinados a deposição final	0,35	2,72
Resíduos perigosos	4,20	2,74
Valorização – não destinados a deposição final	1,99	2,44
Eliminação – destinados a deposição final	2,22	0,30

Eliminação dos plásticos

Em 2020, todas as espátulas de plástico de utilização única nas bebidas quentes foram substituídas por palhetas de madeira.

Esta medida insere-se no cumprimento do Compromisso Lisboa Capital Verde 2020 e permitiu que, em 2020, fosse consumido pouco mais de um terço das espátulas utilizadas em 2019.

O **consumo de água** no Banco de Portugal decorre sobretudo do consumo humano nos edifícios, nomeadamente em escritórios, cozinhas, copas, dispensadores de água e casas de banho. Em 2020 foram instalados perlatores nas torneiras das casas de banho do Edifício Portugal. Comparativamente a 2019, o consumo de água reduziu-se 25%.

Gráfico I.6.2 • Espátulas consumidas

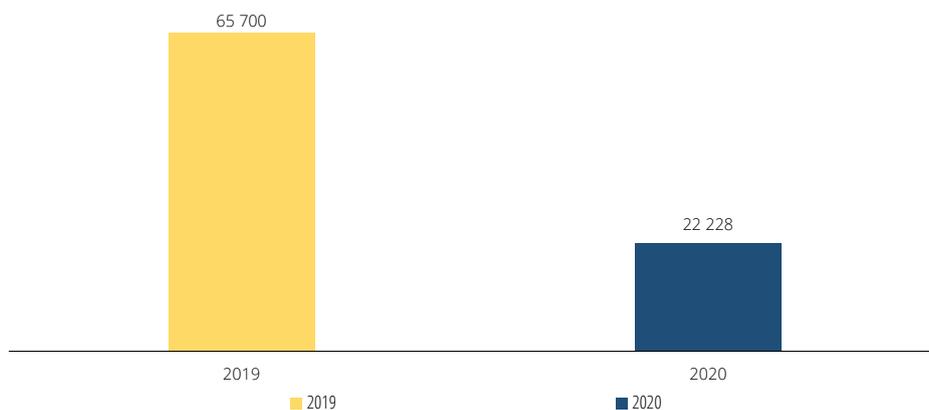
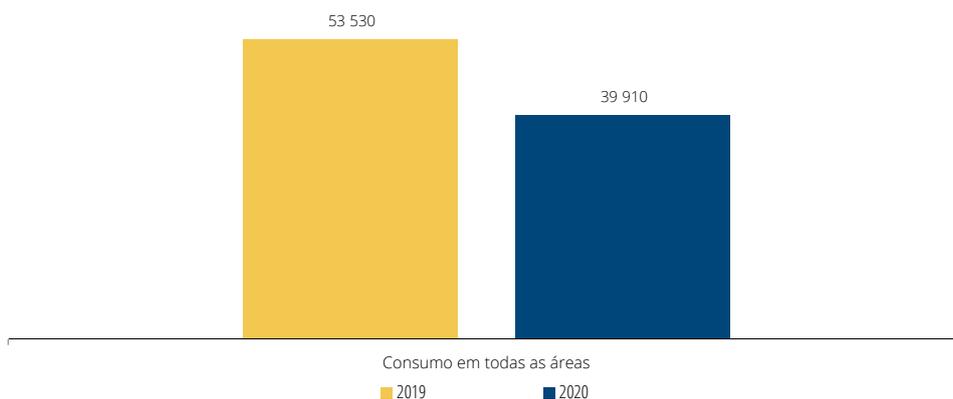


Gráfico I.6.3 • Consumo de água (m³)



6.2 Redução da pegada de carbono

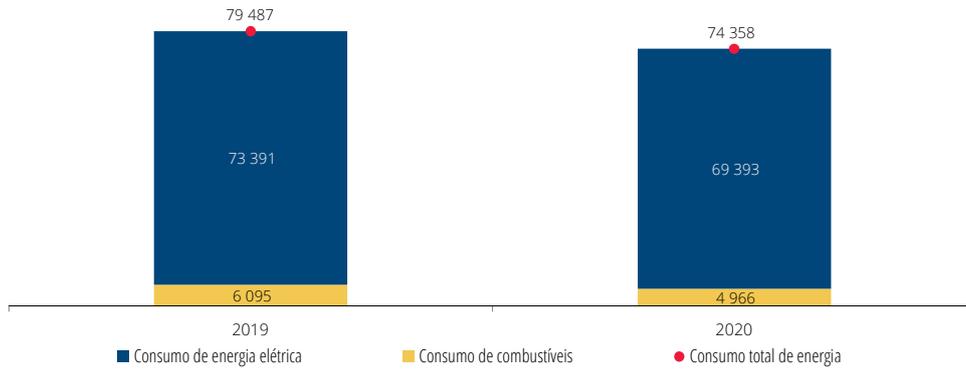
ODS: 7 – Energias renováveis e acessíveis

O Banco de Portugal tem melhorado a eficiência energética das suas operações e reduzido a sua pegada de carbono.

Em 2020, registou-se um **consumo total de energia** de 74 358GJ, o que corresponde a uma redução de 6% em relação a 2019. O consumo de combustíveis (gás natural, gasóleo e gasolina) e o consumo de energia elétrica também diminuíram, respetivamente 19% e 5%.

Em 2020, foi celebrado um novo contrato de energia para todos os edifícios do Banco, com exceção das delegações regionais dos Açores e Madeira, que prevê o fornecimento de energia 100% renovável. Esta medida permitiu ao Banco garantir um consumo de 98% de energia elétrica de origem renovável em 2020.

Gráfico I.6.4 • Consumo de energia | Em gigajoules

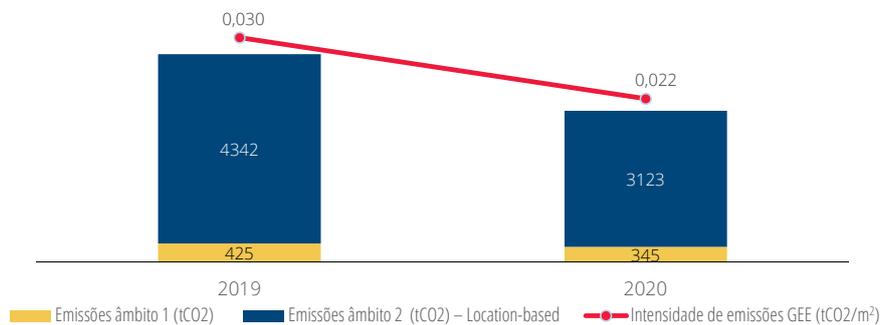


Eficiência energética nos edifícios

O Banco de Portugal substituiu as lâmpadas tradicionais por LED no Edifício Portugal, no Complexo do Carregado e na Filial. Está prevista a substituição de lâmpadas por LED em todos os edifícios do Banco até ao final de 2021.

Nos projetos de remodelação das instalações, tem havido a preocupação de substituir sistemas de aquecimento com base em combustíveis fósseis por sistemas elétricos de baixo consumo.

Gráfico I.6.5 • Total de emissões de GEE de âmbito 1 e 2 | Em toneladas de CO₂



As emissões diretas de GEE (âmbito 1 – provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização) do Banco de Portugal correspondem às emissões de gasóleo e gás natural nos edifícios e às emissões de gasolina e gasóleo na frota automóvel. O contexto de confinamento e as alterações na composição da frota do Banco conduziram a uma redução das emissões de 19% relativamente a 2019.

As emissões indiretas de GEE (âmbito 2 – provenientes da energia elétrica adquirida pela organização) do Banco de Portugal respeitam à aquisição de eletricidade para a sua atividade. Em 2020, as emissões de âmbito 2 diminuíram 28% em relação a 2019. Esta diminuição deve-se às medidas de eficiência energética implementadas. No mesmo ano, foi possível o apuramento do valor de emissões indiretas de GEE, associadas ao consumo de eletricidade (método *market-based*), de 156 tCO₂.

Reduzir as emissões na frota

Desde 2019, o Banco de Portugal adquiriu 12 viaturas, das quais 11 híbridas e uma elétrica, e instalou três pontos de carregamento elétrico em dois dos seus edifícios.



II Anexos

1 Tabela GRI

2 Notas metodológicas

Tabela GRI

Conteúdos gerais

GRI 102 – Conteúdos gerais

Perfil organizacional

	Divulgações	Localização/omissão	Verificação ¹	ODS ²
102-1	Nome da organização	Banco de Portugal	S.V.	
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	2. O Banco de Portugal – 2.1 Visão geral do Banco https://www.bportugal.pt/page/missao-e-funcoes	S.V.	
102-3	Localização da sede	2. O Banco de Portugal – 2.1 Visão geral do Banco	S.V.	
102-4	Localização das operações	2. O Banco de Portugal – 2.1 Visão geral do Banco	S.V.	
102-5	Propriedade e natureza legal	Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio.	S.V.	
102-6	Mercados servidos	2. O Banco de Portugal – 2.1 Visão geral do Banco	S.V.	
102-7	Dimensão da organização	2019 e 2020 em números 2. O Banco de Portugal	S.V.	
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	(ver tabela abaixo)	S.V.	8

N.º total de colaboradores por tipo de contrato e por sexo

		2018	2019	2020
Contrato sem termo	M	881	885	876
	F	868	888	896
	T	1749	1773	1772
Contrato termo certo	M	3	5	5
	F	1	0	0
	T	4	5	5
Temporários	M	0	0	0
	F	0	0	0
	T	0	0	0
Estagiários	M	27	30	26
	F	49	30	30
	T	76	60	56
Total colaboradores		1753	1778	1777

N.º total de colaboradores, *outsourcing* e *out-tasking*, por tipo de emprego e por sexo

		2018	2019	2020
<i>Full-time</i>	M	910	916	906
	F	918	917	925
	T	1827	1834	1829
<i>Part-time</i>	M	1	1	1
	F	0	1	1
	T	1	2	2
Total colaboradores (incluindo estagiários)		1828	1836	1831

1. S.V. – Sem verificação.

2. ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

N.º total de colaboradores por tipo de contrato e por localização

		2018	2019	2020	
Contrato sem termo	Lisboa	1579	1607	1620	
	Porto	107	103	92	
	Ponta Delgada	7	8	8	
	Funchal	12	10	8	
	Braga	8	9	7	
	Castelo Branco	4	5	4	
	Coimbra	8	8	9	
	Évora	9	8	8	
	Faro	8	8	8	
	Viseu	7	7	8	
	T	1749	1773	1772	
Contrato termo certo	Lisboa	3	5	5	
	Porto	1	0	0	
	T	4	5	5	
Estagiários	Lisboa	74	60	50	
	Porto	0	0	1	
	Ponto Delgada	1	0	0	
	Funchal	0	0	1	
	Braga	0	0	2	
	Castelo Branco	0	0	2	
	Faro	1	0	0	
	Viseu	0	0	0	
		T	76	60	56
	Total colaboradores		1753	1778	1777

102-9	Cadeia de fornecedores	<i>Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas 2020 Relatório de Gestão e Contas: 2. Demonstrações Financeiras e Notas, Nota 29. Fornecimentos e Serviços de Terceiros (FST).</i>	S.V.
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Não existem alterações significativas a registar.	S.V.
102-11	Abordagem ao princípio de precaução	Mensagem do Conselho de Administração 3. Responsabilidade Institucional – 3.3 Gestão de Risco	S.V.
102-12	Iniciativas externas	Princípios e Recomendações da Cooperação entre Banco Centrais dos Países de Língua Portuguesa Acordo de cooperação cambial (ACC) com Cabo Verde Fórum de Empresas para Igualdade de Género Declaração de Compromisso para com o Código Global de Conduta para o Mercado Cambial Rede Internacional de Intercâmbio de Experiência no Tratamento Estatístico de Dados Granulares	S.V.
102-13	Membro de associações	(ver tabela abaixo)	S.V.

Nome da entidade	Exerce funções nos órgãos sociais	Participação em projetos ou comissões	Contribui financiamentos substanciais
Assoc. portuguesa bibliotecários, arquivistas e documentalistas			
Associação Fiscal Portuguesa			
Associação Port.Colec. Papeis Valor			
Association for Information and Image Management			
CEMLA – Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos		•	
Central Banks and Supervisors Networks for Greening the Financial System		•	
Centre for Economic Policy Research			
Conselho Internacional de Arquivos			
Conselho Internacional de Museus – INCOM			

	Nome da entidade	Exerce funções nos órgãos sociais	Participação em projetos ou comissões	Contribui financiamentos substanciais
	European Association for Banking and Financial History			
	European Economic Association			
	European Money and Finance Forum			
	Eurosystem Procurement Coordination Office		•	
	FinCoNet – Organização Internacional para a Proteção do Consumidos Financeiro	•	•	
	FOREX – ACI PORTUGAL			
	Group of Thirty (G-30)			
	Grupo Português de Utilizadores da Swift		•	
	GUSP – Associação de Utilizadores SAP em Portugal			
	Instituto Português de Auditoria Interna			
	International Accounting Standards Board			
	International Journal of Central Banking			
	International Network on Financial Education	•	•	
	International Operational Risk WG			
	International Statistics Institute			
	International Swaps and Derivates Association			
	Official monetary and financial institutions forum			
	Portugal Finlab		•	
	Sociedade Portuguesa de Estatística			
	Sociedade Portuguesa de Numismática (SPN)			
Estratégia				
102-14	Mensagem do presidente	Mensagem do Conselho de Administração		S.V.
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	3. Responsabilidade Institucional – 3.3 Gestão de Risco		S.V.
Ética e integridade				
102-16		2. O Banco de Portugal – 2.1 Visão geral do Banco		S.V.
102-17		3. Responsabilidade Institucional – 3.1 Ética, Integridade e Independência		S.V.
Governance				
102-18	Estrutura de <i>Governance</i>	2. O Banco de Portugal – 2.2 Estrutura de Governo		S.V.
Envolvimento com <i>stakeholders</i>				
102-40	Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>	3. Responsabilidade Institucional – 3.5 Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i>		S.V.
102-41	Acordos coletivos de trabalho	100% dos colaboradores são abrangidos por acordos de contratação coletiva.		S.V. 8
102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	3. Responsabilidade Institucional – 3.5 Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i>		S.V.
102-43	Abordagem de envolvimento com <i>stakeholders</i>	3. Responsabilidade Institucional – 3.5 Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i>		S.V.

102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos <i>stakeholders</i>	<p>3. Responsabilidade Institucional – 3.5 Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i></p> <p>O Banco de Portugal realiza anualmente um inquérito de satisfação ao público sobre o atendimento presencial. Os inquéritos procuraram captar o grau de satisfação do público com o horário de funcionamento do atendimento, o tempo de espera, a atitude dos colaboradores que o asseguram e as instalações dos postos de atendimento. A limpeza dos espaços, a simpatia dos funcionários e a clareza da linguagem utilizada foram os atributos com melhor classificação. Adicionalmente, na resposta a todos os pedidos de informação assegurados pelo info@bportugal.pt, é enviado um <i>link</i> para um questionário que tem como objetivo a avaliar o nível de satisfação com a resposta obtida.</p> <p>Em 2019, foram registadas 43 sugestões e reclamações.</p> <p>Em 2020, foram registadas 22 sugestões e reclamações.</p>	S.V.
Prática de reporte			
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	1. Sobre este Relatório	S.V.
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	1. Sobre este Relatório 2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade	S.V.
102-47	Lista dos tópicos materiais	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade	S.V.
102-48	Reformulação de informação	N. A.	S.V.
102-49	Alterações no relatório	N. A.	S.V.
102-50	Período de reporte	1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.	S.V.
102-51	Data do relatório mais recente	O presente relatório é o primeiro relatório público do Banco de Portugal.	S.V.
102-52	Ciclo de relatórios	Anual	S.V.
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	1. Sobre este Relatório	S.V.
102-54	Opção “de acordo” com os GRI <i>standards</i>	1. Sobre este Relatório	S.V.
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela.	S.V.
102-56	Verificação externa	Este relatório não foi sujeito a qualquer verificação externa.	S.V.

Conteúdos específicos

GRI 200 – Divulgações económicas

Desempenho económico

	Divulgações	Localização/omissão	Verificação	ODS
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	(ver tabela abaixo) A redução das receitas é justificada, essencialmente, pela acentuada redução da margem de juros e pelo aumento dos prejuízos cambiais não realizados decorrente da flutuação cambial desfavorável do USD. Igualmente, em 2020, não se repetiram os fatores de natureza não recorrente verificados em 2019 e que beneficiaram os resultados desse ano.	S.V.	2, 5, 7, 8

Valor económico direto gerado e distribuído

	2018	2019	2020
Valor económico direto gerado (€)	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €
Receitas	1 346 079 190 €	1 327 916 216 €	993 863 805 €
Valor económico distribuído (€)	575 249 708 €	551 138 850 €	440 832 018 €
Custos operacionais	77 910 332 €	65 445 471 €	66 335 725 €
Salários e benefícios dos colaboradores	138 217 112 €	138 537 526 €	132 052 948 €
Pagamentos ao Estado	358 981 993 €	347 067 151 €	242 127 506 €
Donativos e outros investimentos na comunidade	140 271 €	88 702 €	315 839 €
Valor económico acumulado (€)	770 829 482 €	776 777 366 €	553 031 787 €

201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	<p>Os riscos climáticos são classificados em duas categorias, que podem originar perdas ou reduções no valor dos ativos afetados: riscos físicos, relacionados com a intensidade ou frequência de catástrofes naturais e com efeitos de longo prazo sobre o ambiente, e riscos de transição, relacionados com o processo de ajustamento a uma sociedade mais sustentável, que podem abranger alterações de natureza regulatória ou tributária, modificações nas preferências dos consumidores, obsolescência tecnológica e litigância jurídica acrescida.</p> <p>Estes riscos são relevantes para o Banco a três níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Podem afetar o património e a conta de exploração, quer pelo impacto nos seus ativos físicos (e.g. custos acrescidos de refrigeração ou deterioração mais acelerada dos edifícios) quer, com maior relevância, pelo impacto nos seus ativos financeiros (que refletem a exposição a esses riscos assumida no contexto da gestão das carteiras próprias sem relação com a política monetária); – Os riscos climáticos podem provocar impactos em áreas de missão do Banco e, por conseguinte, afetar o bom desempenho das suas funções – esses riscos são reconhecidamente relevantes para a estabilidade financeira (por terem repercussões no sistema financeiro que podem assumir caráter sistémico), para a supervisão prudencial (por afetarem os modelos de negócio das instituições supervisionadas) e mesmo para a política monetária (pelo menos por impactarem o seu quadro macroeconómico de referência); – Os riscos climáticos têm ainda uma dimensão reputacional: dada a importância assumida pelas alterações climáticas junto da opinião pública e de <i>stakeholders</i> relevantes, a reputação poderá ser negativamente afetada se houver a perceção de que o Banco não atribui importância a estas questões. 	S.V.	9, 13
201-3	Obrigações com planos de benefícios definidos e outros planos de reforma	RCA <i>Relatório do Conselho de Administração – Atividade e Contas 2020</i> Atividade 5. Robustecimento do modelo de governo e do funcionamento internos 5.3 Recursos Humanos, pp. 64-65	S.V.	
Presença no mercado				
202-1	Rácios entre o salário de entrada e o salário mínimo local	<p>2019 – Rácio: 173% Calculado face ao salário mínimo nacional – € 600.</p> <p>2020 – Rácio: 164% Calculado face ao salário mínimo nacional – € 635.</p> <p>Os valores reportados correspondem à admissão com o nível mais baixo nos anos correspondentes.</p>	S.V.	
202-2	Percentagem de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local	Em 2019 e 2020, 100% dos gestores de topo foram contratados localmente.	S.V.	

Práticas de compras

204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Percentagem do total de aquisições feitas a fornecedores portugueses: 2019 – 96,3% 2020 – 94,1%	S.V.
-------	---	--	------

Anticorrupção (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 <i>Análise de materialidade</i> Tema considerado material no âmbito da Ética, Integridade e Independência.	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. <i>Responsabilidade Institucional</i> – 3.1 <i>Ética, Integridade e Independência</i>	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	
205-1	Operações submetidas a avaliações de risco de corrupção	Os mecanismos existentes através dos quais se procura gerir e controlar o risco de práticas de corrupção e outros ilícitos conexos incluem a identificação e o levantamento destes riscos para cada uma das áreas do Banco, com a especificação do evento de risco e as respetivas medidas de mitigação. A estratégia definida pelo Banco no combate e prevenção da corrupção não contempla um exercício contínuo de verificação de operações internas no sentido de avaliar a materialização dos riscos de corrupção ou a identificação preliminar de um conjunto de indicadores que poderiam servir de alerta para certas práticas ou comportamentos irregulares. Trata-se de uma evolução do paradigma na gestão dos riscos de corrupção no Banco, sendo que não se exclui a reflexão sobre a oportunidade e necessidade dessa abordagem, a ser avaliada no médio prazo. 2019 e 2020: <i>Relatório sobre a Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas</i> Anexo: Identificação de riscos e medidas de mitigação. pp. 17 a 67	S.V.	
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	No âmbito da comunicação e formação não estão implementadas práticas informativas específicas sobre o tema da corrupção. Contudo, os exercícios anuais dirigidos à realização do Plano de Prevenção da Corrupção e respetivos Relatórios de Execução obrigam a avaliações e reflexões regulares e periódicas sobre a criticidade (impacto e probabilidade de ocorrência) destes riscos junto de cada estrutura e atendendo à natureza da respetiva atividade, com o envolvimento das primeiras linhas de defesa de cada área de negócio e com a interação de outras estruturas do sistema de controlo interno (Departamento de risco e auditoria interna) e aprovação pelo Conselho de Administração.	S.V.	
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Em 2019 e 2020 não houve quaisquer registos de casos de corrupção.	S.V.	

Gestão de risco (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 <i>Análise de materialidade</i>	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. <i>Responsabilidade Institucional</i> – 3.2 <i>Gestão de Risco</i>	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	

Transparência e responsabilidade (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. Responsabilidade Institucional – 3.4 Transparência e Responsabilidade
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.

Comunicação e colaboração com *stakeholders* (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. Responsabilidade Institucional – 3.5 Comunicação e colaboração com <i>stakeholders</i>
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.

Inovação e digitalização (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. Responsabilidade institucional – 3.6 Inovação e transformação digital
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.

GRI 300 – Divulgações ambientais

Desempenho económico

Divulgações	Localização/omissão	Verificação	ODS
301-1	Consumo total de materiais por peso e volume	6. Desempenho Ambiental (ver tabela abaixo)	S.V.
Consumo de materiais			
		2019	2020
<hr/>			
Material renováveis (t)		44,80	20,36
Papel <i>tissue</i> (t)		13,93	7,40
Papel A4 (t)		27,10	11,70
Papel A4 (reciclado) (t)		3,10	0,94
Plástico (garrafas de água descartáveis e copos de plástico) (t)		0,67	0,32
Material não renováveis (t)		0,00	0,00
Quantidade total de materiais consumidos (t)		44,80	20,36

Energia

302-1	Consumo de energia dentro da organização	(ver tabela abaixo) Âmbito: Em 2019 e 2020 foram considerados todos os edifícios do Banco (19 instalações). Para o consumo de energia, o valor do edifício da Matinha é estimado dado que não foi possível obter o valor real à data do Relatório.	S.V.
-------	--	---	------

Consumo total de energia por fonte não renovável

	2019	2020
Consumo de gás natural (Gj)	625	561
Consumo de gasóleo em edifícios (Gj)	125	68
Consumo de gasóleo em viaturas próprias (Gj)	4978	3732
Consumo de gasolina em viaturas próprias (Gj)	368	604
Consumo de combustíveis não renováveis (Gj)	6095	4966

Consumo total de energia elétrica

	2019	2020
Consumo de energia elétrica	73 391	1151
Consumo de energia elétrica de origem 100% renovável (Gj)	-	68 242*
Consumo total de energia elétrica (Gj)	73 391	69 393

* Em 2020 foi celebrado novo contrato de energia para todos os edifícios do Banco, exceto as delegações regionais, com energia proveniente a 100% de energias renováveis.

Consumo total de energia dentro da organização

	2019	2020
Consumo total de energia (Gj)	79 486	74 358

302-3	Intensidade energética	(ver tabela abaixo) Âmbito: 2019 e 2020- 18 edifícios (não inclui Av. República).	S.V.
-------	------------------------	---	------

Intensidade energética

	2019	2020
Rácio de intensidade energética (Gj/área bruta de construção (m ²))	0,50	0,47

302-4	Redução do consumo de energia	6. Desempenho Ambiental	S.V.
-------	-------------------------------	-------------------------	------

Água

303-1	Interações com a água como um recurso compartilhado	A água consumida pelas atividades do Banco é proveniente da rede de abastecimento pública, cumprindo todos os requisitos legais para a captação, controlo de qualidade e distribuição a que a lei obriga. O Banco de Portugal monitoriza mensalmente os consumos de água da sua atividade, nos diferentes edifícios e procura gerir o impacto da sua atividade através do controlo dos processos operacionais internos, da implementação de medidas de consumo eficiente de água (e.g. instalação de perlatores nas torneiras das casas de banho, com uma redução de 50% face aos anteriores) e sensibilização dos colaboradores. O Banco não identifica na sua operação direta áreas de stress hídrico para este relato.	S.V.
-------	---	---	------

	303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de efluentes	As águas residuais domésticas provenientes da atividade nos diversos edifícios do Banco de Portugal são encaminhadas para a rede de saneamento público, sendo posteriormente sujeitas ao tratamento adequado, monitorizado pelas entidades responsáveis, que cumprem todos os requisitos de recolha e tratamento das águas residuais a que a lei obriga.	S.V.
	303-5	Consumo de água	6. Desempenho Ambiental	S.V.
Emissões (tema material)				
Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade Tema considerado material no âmbito dos Riscos Ambientais e climáticos.	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	6. Desempenho Ambiental- 6.2 Redução da Pegada de Carbono	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	
	305-1	Emissões diretas de gases de efeito de estufa – GEE (âmbito 1)	6. Desempenho Ambiental	S.V.
	305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	6. Desempenho Ambiental	S.V.
	305-4	Intensidade das emissões de GEE	6. Desempenho Ambiental Para o apuramento do valor de intensidade das emissões de Gases de Efeito de Estufa, foram consideradas as emissões do Banco de Portugal em 2020 (âmbito 1 e 2) e a área bruta de construção (m ²) que consideram todos os edifícios do Banco.	S.V.
	305-5	Redução das emissões GEE	6. Desempenho Ambiental	S.V.
Resíduos				
	306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	A gestão dos resíduos e o seu impacto é uma preocupação para o Banco de Portugal em todas as atividades que desenvolve. Os resíduos produzidos pelo Banco são maioritariamente mistura de resíduos urbanos equiparados, metais, papel e cartão, e plástico. O Banco assume o compromisso de melhorar continuamente a sua abordagem no uso eficiente e responsável dos recursos, nomeadamente a redução do consumo de plástico e de papel e a adoção de medidas de gestão dos resíduos mais eficiente.	
	306-2	Gestão de impactos significativos associados a resíduos	O Banco de Portugal gere os impactos da produção de resíduos, maioritariamente, através da minimização do seu consumo e priorização da reutilização e/ou valorização dos mesmos. Com base nos princípios de economia circular, o Banco tem apostado na implementação de medidas de redução da produção de resíduos, nomeadamente de eliminação do plástico (por exemplo, substituição das espátulas de plástico por palhetas de madeira do café e, futuramente em madeira), e na promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis e certificados. A gestão dos resíduos e dos seus impactos passa também pela implementação de medidas de sensibilização dos colaboradores, de modo a contribuírem para este esforço.	
	306-3	Resíduos gerados	6. Desempenho Ambiental	

GRI 400 – Divulgações sociais

Emprego

401-1	Divulgações	Localização/omissão	2018		2019		2020	
			Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	(ver tabela abaixo)						
	Taxa de entradas e saídas, por género	Homens	6%	7%	8%	7%	6%	7%
		Mulheres	8%	7%	11%	8%	6%	5%
	Taxa de entradas e saídas, por faixa etária	<30	24%	4%	31%	3%	20%	3%
		30-50	6%	3%	8%	3%	4%	1%
		>50	0%	16%	0%	20%	1%	18%
	Taxa de entradas e saídas, por região	Lisboa	7%	7%	9%	7%	6%	5%
		Porto	5%	8%	6%	15%	2%	12%
		Ponta Delgada	14%	29%	13%	0%	0%	0%
		Funchal	0%	0%	0%	0%	0%	25%
		Braga	0%	13%	0%	11%	0%	57%
		Castelo Branco	0%	25%	20%	0%	0%	25%
		Coimbra	0%	0%	0%	0%	0%	0%
		Évora	0%	0%	0%	13%	0%	0%
		Faro	0%	13%	13%	13%	0%	0%
		Viseu	0%	14%	0%	0%	0%	0%
	Taxa total de entradas e saídas		7%	7%	9%	8%	6%	6%
401-2	Benefícios oferecidos a colaboradores em regime <i>full-time</i> que não são oferecidos a colaboradores temporários ou em <i>part-time</i>	Todos os colaboradores têm os seguintes benefícios: – Seguro de saúde; – Centro de Saúde e Medicina do Trabalho; – Subsídios no âmbito da parentalidade; – <i>Ticket</i> Infância e <i>Ticket</i> Refeição; – Acesso a empréstimos com condições especiais; – Financiamento de cursos de ensino superior; – Teletrabalho.						S.V.
401-3	Licença parental	(ver tabela abaixo)						S.V.
					2018	2019	2020	
	Trabalhadores que usufruíram da licença parental	M			49	51	64	
		F			66	57	91	
		T			115	108	155	
	Trabalhadores	M			49	51	64	
		F			66	57	91	
		T			115	108	155	
	Taxa de retorno	M			100%	100%	100%	
		F			100%	100%	100%	
		T			100%	100%	100%	

Relações de trabalho

402-1	Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	Sempre que a mudança de funções do trabalhador colocar em causa o conteúdo essencial da sua categoria ou função, os prazos de notificação seguidos pelo Banco estão de acordo com as regras legais (artigo 120.º do Código de Trabalho). Se a mudança de funções do trabalhador apenas envolver a alteração do local/equipa, ou a forma como são prestadas essas funções (mantendo-se inalterado o essencial da sua função), os prazos de notificação são decididos pelo Banco de Portugal.	S.V.
-------	---	--	------

Saúde e segurança ocupacional (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4. Empregador responsável – 4.2 Saúde, Segurança e Bem-estar	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	
403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	O Banco não tem implementado um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho, no entanto, dispõe de serviços internos de segurança no trabalho, de acordo com o definido no Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho – Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, alterado pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro e que transpõe a Diretiva n.º 89/391/CCE do Conselho, de 12 de junho.	S.V.	
403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	A qualidade dos processos é assegurada através da revisão contínua de procedimentos e metodologias, sendo a competência das pessoas que os realizam assegurada através da formação contínua dos Técnicos Superiores de Saúde e Segurança do Trabalho (TSSST). Os resultados desses processos permitem a revisão de metodologias de trabalho e introdução de novas práticas e tecnologias. Os perigos/situações perigosas podem ser reportados: – À Equipa de Segurança no Trabalho (EST) durante o processo de avaliação de riscos profissionais (entrevistas individuais) e através de participação/ queixa enviada para a caixa de correio; – Ao Centro de Saúde e Medicina do Trabalho (CSMT), durante a vigilância médica e/ou aquando de consultas de medicina curativa; – Aos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST). – Toda a informação transmitida e/ou enviada para a EST, para o CSMT e para os RTSST é tratada de forma reservada. Os trabalhadores, por sua vez, podem: – Adotar as Medidas Controlo Permanente, identificadas no PTS - Passaporte de Trabalho Seguro (elaborado pela EST no âmbito do processo de Avaliação de Riscos Profissionais); – Reportar situações de risco à EST, CSMT e RTSST; – Utilizar EPC e EPI; – Participar em ações de formação/sensibilização; – Consultar a informação disponibilizada nos diversos meios de comunicação interna. A investigação de incidentes de trabalho é realizada de acordo com o definido no Procedimento de Segurança ST/PS/002 "Análise de Ocorrências".	S.V.	

403-2
(continuação)

De uma forma simplificada, a análise de ocorrências decorre de acordo com as seguintes fases:

- Início: participação da ocorrência (colaborador);
- Análise da ocorrência (EST);
- Proposta de eventuais medidas de prevenção e proteção (MPP) e encaminhamento para os responsáveis pela implementação;
- Comunicação do resultado da análise;
- Acompanhamento da implementação das MPP;
- Fecho da ocorrência.

Por outro lado, a Avaliação de Riscos Profissionais (ARP) é realizada de acordo com o definido no Procedimento de Segurança ST/PS/001 "Avaliação de Riscos Profissionais" e com base no método MARAT. A análise de Acidentes de Trabalho é realizada de acordo com o definido no procedimento de Segurança ST/PS/003 "Análise de Acidentes de Trabalho".

403-3	Serviços de saúde do trabalho	<p>Os serviços de segurança e de saúde no trabalho são responsáveis por:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação de Riscos Profissionais;- Desenvolvimento e acompanhamento da execução das medidas de prevenção e proteção, promovendo e motivando a sua implementação;- Participação na elaboração dos Planos de Emergência/Prevenção Internos;- Colaboração na realização de simulacros;- Conceção e organização dos postos de trabalho;- Participação na seleção de equipamentos de segurança (proteção individual e coletiva);- Apoio nas atividades de informação e consulta aos trabalhadores sobre os riscos associados às atividades desenvolvidas;- Análise das causas dos acidentes e incidentes de trabalho, bem como a elaboração dos relatórios sobre os mesmos e consequentes medidas de prevenção e proteção;- Desenvolvimento de estudos técnicos – ruído, iluminação, ambiente térmico, agentes químicos e biológicos;- Coordenação das atividades relativas à Segurança no Trabalho com as de Saúde no Trabalho da competência do Centro de Saúde e Medicina do Trabalho. <p>O resultado das atividades desenvolvidas pelos serviços de saúde e segurança no trabalho é divulgado periodicamente aos colaboradores e/ou aos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho, através dos meios e procedimentos de comunicação interna existentes, nomeadamente Intranet, email, sistema de gestão documental.</p>	S.V.
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	<p>A participação e consulta dos trabalhadores é realizada através dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho (RTSST), nos seguintes momentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Partilha/disponibilização de informação relevante em matéria de SST, com base numa matriz e metodologia previamente acordada entre EST e os RTSST, através da plataforma de gestão documental;- Envio, para parecer, de diversa documentação produzida no âmbito das atividades de SST;- Calendário de Partilha RTSST – calendário partilhado no Outlook, para partilha de eventos relevantes em matérias de SST (atividades da EST, CSMT)- Reuniões mensais para discussão de temas relevantes em matéria de SST (participação dos RTSST, CSMT e EST);- Reuniões mensais dos RTSST com os órgãos de gestão do Banco, onde participa a EST.	S.V.

403-10
(continuação)

Os trabalhadores em regime de outsourcing não são avaliados pelo CSMT, mas pelos serviços contratados pelas respetivas empresas.
(ver tabela abaixo)

		2018	2019	2020
N.º absoluto	Mortes resultantes de doenças ocupacionais	1	0	0
	Casos de doenças ocupacionais registados	5	0	2
	Horas trabalhadas	2 667 100	2 754 843	2 616 029
Rácios	Mortes resultantes de doenças ocupacionais	0,08	0	0
	Casos de doenças ocupacionais registados	2,85	2,47	0,77
Valor de horas trabalhadas que serviram de base ao cálculo dos rácios apresentados			200 000	
Principais tipos de doenças ocupacionais			Lesões músculo-esqueléticas do membro superior dominante	

Formação (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade Tema considerado material no âmbito da Gestão, desenvolvimento e formação de colaboradores.
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	4. Empregador Responsável – 4.1 Gestão, desenvolvimento e formação
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.

404-1 Número médio de horas de formação por ano e por colaborador (ver tabela abaixo) S.V.

	2018			2019			2020		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Gestor de topo	41,15	72,47	50,55	57,09	68,82	60,80	20,59	25,35	22,00
Gestor intermédio	33,28	35,89	34,60	44,76	46,63	45,69	20,58	24,48	22,59
Técnicos superiores	38,77	37,56	38,12	41,29	38,29	39,65	30,02	31,82	31,00
Chefias e técnicos operacionais	15,02	6,23	14,23	22,00	14,25	21,24	25,88	19,43	25,24
Licenças/cedências	12,83	8,75	10,57	5,73	4,04	4,78	3,53	4,05	3,79
Total	34,20	36,41	35,29	38,93	38,39	38,66	26,29	29,04	27,68

404-2 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua (ver tabela abaixo) S.V.

N.º de colaboradores abrangidos por programa de gestão de competências e aprendizagem contínua

Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	2018	2019	2020
Competências comportamentais	473	594	838
Microinformática	162	193	147
Gestão e liderança	177	225	59
Ética	345	559	74
Proteção do dados	571	945	104
Línguas	386	375	396
(Outro)	1562	1716	1546

404-3	Percentagem de colaboradores que recebem regularmente avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira	Todos os colaboradores elegíveis são efetivamente avaliados pelo Banco. São considerados elegíveis os colaboradores que, no ano anterior ao do período de relato, tenham trabalhado 66 dias seguidos ou interpolados. A única exclusão são os exonerados do ano em análise que não são alvo de avaliação. 2019: 93% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho 2020: 92% dos colaboradores receberam avaliação de desempenho	S.V.
-------	--	---	------

Diversidade e igualdade de oportunidades

405-1	Diversidade dos órgãos de <i>Governance</i> e dos colaboradores	(ver tabela abaixo)	S.V.
-------	---	---------------------	------

	2018					2019					2020				
	H	M	<30	30-50	>50	H	M	<30	30-50	>50	H	M	<30	30-50	>50
Gestor de topo (%)	70	30	0	50	50	68	32	0	42	58	70	30	0	46	54
Gestor intermédio (%)	49	51	1	63	36	51	49	1	65	34	49	51	1	65	34
Técnicos superiores (%)	46	54	19	54	27	45	55	21	56	23	45	55	21	59	20
Chefias e técnicos operacionais (%)	91	9	1	28	71	90	10	2	37	61	90	10	1	48	51
Licenças/cedências (%)	45	55	9	74	17	44	56	8	72	20	51	49	12	67	21

405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	(ver tabela abaixo)	S.V.
-------	---	---------------------	------

	2018	2019	2020
Rácio do salário base médio por categoria funcional e por género*			
Gestor de topo	0,96	0,96	1,01
Gestor intermédio	0,97	0,97	0,97
Técnicos superiores	0,95	0,94	0,95
Chefias e técnicos operacionais	0,89	0,82	0,79
Rácio da remuneração média por categoria funcional e por género**			
Gestor de topo	0,95	0,96	1,01
Gestor intermédio	0,97	0,98	0,97
Técnicos superiores	0,95	0,94	0,95
Chefias e técnicos operacionais	0,79	0,72	0,71

Notas: * Salário base médio mulheres/Salário base médio homens. | ** Remuneração média mulheres/Remuneração média homens.

Não discriminação

406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não se verificaram quaisquer incidentes de discriminação em 2019 e 2020.	S.V.
-------	--	--	------

Comunidades locais

413-1	Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade	5. Responsabilidade Social	S.V.
-------	---	----------------------------	------

Privacidade do cliente (tema material)

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade Tema considerado material no âmbito da Privacidade e Segurança da Informação.	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	3. Responsabilidade Institucional – 3.3 Privacidade e Segurança da Informação	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	
418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	Não foram registadas quaisquer reclamações fundamentadas, fugas, roubos ou perdas de dados de clientes durante o período de relato.	S.V.	

Conformidade socioeconómica

419-1	Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica	Não se registaram multas ou sanções significativas (superiores a 3 000 €) durante o período de relato.	S.V.	
-------	--	--	------	--

Literacia financeira

Formas de gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	2. O Banco de Portugal – 2.5 Análise de materialidade	
	103-2	A abordagem de gestão e as suas componentes	5. Responsabilidade Social – 5.1 Literacia financeira e económica	
	103-3	Evolução da forma de gestão	O Banco de Portugal realiza a monitorização e avaliação regular das atividades desenvolvidas e dos indicadores que lhes estão associados. Para avaliar a eficácia da sua gestão, conta ainda com o <i>feedback</i> dos seus <i>stakeholders</i> , análises de <i>benchmarking</i> e com <i>ratings</i> externos de desempenho, sempre que disponíveis.	

Notas metodológicas

GRI 201-1 – Valor económico direto gerado e distribuído

O Banco de Portugal reporta os valores económicos considerando os seguintes pressupostos:

- A rubrica “Pagamentos a Investidores” foi considerada não aplicável, uma vez que o Estado é o único acionista do Banco de Portugal, não sendo considerado fornecedor de capital ou investidor, pelo que deve ser garantida a independência financeira do Banco enquanto Banco Central;
- Na rubrica “Donativos e outros investimentos na comunidade” foi considerado o programa de responsabilidade social bem como, os donativos de apoio social implementados como resposta à crise pandémica COVID-19.

GRI 302 – Energia

O Banco de Portugal reporta o seu consumo de energia referente a todos os edifícios do Banco (19 instalações), considerando os seguintes aspetos:

- No que se refere ao consumo de combustíveis, o Banco considera os seguintes combustíveis associados na sua atividade, e respetivos edifícios:
 - Gás natural: EP, Rossio, Carregado (inclui a VALORA) e Agência Braga;
 - Gasóleo: Geradores da Sede, Olivais, Castilho, QFS, Carregado, Filial e Ponta Delgada. Caldeira de aquecimento de Viseu;
 - Gasóleo & Gasolina nas viaturas próprias: Frota de garagem, Frota DSASG e Frota distribuída (Dir).
- No que se refere ao consumo de eletricidade, o Banco de Portugal considera a informação disponível à data de elaboração do relatório do fornecedor de energia tendo em conta:
 - Em 2020, o consumo eletricidade foi proveniente a 100% de energias renováveis em todos os edifícios do Banco, exceto as delegações regionais;
 - Não inclui a fração da Av. República em Lisboa;
 - O valor do edifício da Matinha é estimado dado que não foi possível obter o valor real à data do Relatório.

Fatores de conversão utilizados:

- Gasóleo | Densidade = 0,853 kg/l; PCI (MJ/kg) = 42,8 MJ/kg (Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho);
- Gasolina | Densidade = 0,75 kg/l; PCI (MJ/kg) 44,5 MJ/kg (Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho);
- Gás Natural | 38,56 MJ/Nm³ (DGEG);
- Eletricidade – 1 kWh = 0,0036 GJ (Agência Internacional de Energia).

GRI 3025 – Emissões

O cálculo das emissões de CO₂ (âmbito 1 e 2) foi realizado através da ferramenta Protocolo GHG “Stationary_combustion_tool_ (Version 4-1)”, considerando os seguintes aspetos:

- De modo a atualizar e melhorar a metodologia de cálculo das emissões de âmbito 1 e 2, foram atualizados os fatores de emissão, em linha com o documento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), *Portuguese National Inventory Report 2020* e com a Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), respetivamente;

- Uma vez que não foi identificado o fator de emissão dos fornecedores para o ano de 2019, o apuramento do valor total de emissões âmbito 1 e 2 (tCO₂) considera as emissões associadas ao consumo de combustíveis e as emissões associadas ao consumo de eletricidade de acordo com o método *location-based*;
- Em 2020, o consumo de eletricidade em Portugal Continental foi 100% proveniente de energias renováveis. Neste sentido, o fator de emissão para o cálculo das emissões de âmbito 2, associado a este consumo de eletricidade, e de acordo com o método *Market-based*, foi considerado zero.

Os valores de emissões de CO₂ associadas ao consumo de energia do Banco de Portugal, reportados no presente relatório, foram apurados com base nos valores dos consumos de energia reportados no indicador GRI 302-1, assim como os fatores de conversão e emissão referidos na tabela seguinte:

	Unidades	Fator	Fonte
Fatores de Emissão – Âmbito 1			
Gás natural – estacionário (FE)	kg CO2/GJ	56,4	APA, 2020 (tabela 3-81 e B-3)
	kg CH4/GJ	0,0010	
	kg N2O/GJ	0,0010	
Gasóleo – estacionário (FE)	kg CO2/GJ	74,1	
	kg CH4/GJ	0,0007	
	kg N2O/GJ	0,0004	
Gasóleo – móvel (FE)	kg CO2/GJ	70,2	
	kg CH4/GJ	0,0000	
	kg N2O/GJ	0,0027	
Gasolina – móvel (FE)	kg CO2/GJ	71,9	
	kg CH4/GJ	0,006	
	kg N2O/GJ	0,0004	
Fatores de Emissão – Âmbito 2			
<i>Market-based</i> (Portugal Continental)	kgCO2/kWh	0	Em 2020 foi celebrado novo contrato de energia para todos os edifícios do Banco, exceto as delegações regionais, com energia proveniente a 100% de energias renováveis.
<i>Market-based</i> (Açores – Ponta Delgada)	kgCO2/kWh	0,481	Fornecedor EDA
<i>Market-based</i> (Madeira – Funchal)	kgCO2/kWh	0,514	Fornecedor EEM
<i>Location-based</i>	kgCO2/kWh	0,213 (2019)	APREN (https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/outros)
		0,162 (2020)	
Fatores de Conversão			
Gás natural (Fator de oxidação)	-	1	APA (2019) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2016 (pg. 187)
Gasóleo (Fator de oxidação)	-	1	
Gasolina (Fator de oxidação)	-	1	Potencial de aquecimento global (GWP = global warming potential), disponibilizado pelo Painel Internacional sobre as Alterações Climáticas (AR4 – IPCC, 2007).
PAG CO2 (Potencial de Aquecimento Global para 100 anos)	-	1	
PAG CH4 (Potencial de Aquecimento Global para 100 anos)	-	25	
PAG N2O (Potencial de Aquecimento Global para 100 anos)	-	298	

GRI 403-9: Acidentes de trabalho

No que respeita aos acidentes de trabalho, o Banco de Portugal reporta o índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho, índice de acidentes de trabalho graves (exceto óbitos) e índice de acidentes de trabalho, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo:

- Índice de mortes resultantes de acidente de trabalho = (Número de mortes resultantes de acidente de trabalho/Número de horas trabalhadas) x 200 000;
- Índice de acidentes de trabalho graves (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequências graves, exceto óbitos/Número de horas trabalhadas) x 200 000;
- Índice de acidentes de trabalho = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Número de horas trabalhadas) x 200 000.

GRI 403-10: Acidentes de trabalho

No que respeita às doenças profissionais, o Banco de Portugal reporta o índice de mortes resultantes de doenças ocupacionais e o índice de casos de doenças ocupacionais registados, de acordo com a seguinte metodologia de cálculo:

- Índice mortes resultantes de doenças ocupacionais = (Número de mortes resultantes de doenças ocupacionais/Número de horas trabalhadas) x 200 000;
- Índice de casos de doenças ocupacionais registados = (Número de casos de doenças ocupacionais registados/Número de horas trabalhadas) x 200 000.

